
002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SLE 02JAN2017

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (18h39min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 012/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, só quero registrar que ficará como marca do Prefeito eleito a ruptura do compromisso com o meio ambiente, porque eu considero que a questão da saúde animal compõe uma visão de Cidade onde todo o ser vivo tem prioridade na política pública – as árvores, os animais e os seres humanos. E essa será a síntese da reforma administrativa proposta por Marchezan, uma proposta que mascara, se esconde atrás de um biombo da redução de secretarias e esconde a sua verdadeira face, face neoliberal, face que põe o Governo Municipal a presidir o interesse econômico da Cidade, e o resto fica nas beiradas das grandes secretarias. E vou dizer para vocês que o que prova isso é que não há compromisso nenhum com redução de gastos, com o que é supérfluo, que não só não se aprovou a redução dos 30% dos CCs, como se reduziu e extinguiu áreas estratégicas, mas também há na Casa em tramitação um projeto que permite supersalários dos secretários: permite que os secretários recebam verba de representação, trazendo supersalário, trazendo R\$ 30 mil do Governo do Estado mais uma verba de representação aqui. É projeto do Prefeito Marchezan: não reduz CCs, aumenta salário de secretário e extingue secretarias que defendem a vida, extingue funções que preservam o meio ambiente.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Pode retomar, Vereadora. Acho que temos condições, por favor.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu compreendo a indignação e eu não queria, falando daqui da tribuna, desrespeitar o desabafo, a crítica política que fazem os militantes do direito animal.

Quero aqui, Vereadores e Vereadoras, dizer que, se foi feita uma maquiagem na Secretaria do Meio Ambiente, mudando o nome mas tirando a essência da Secretaria do Meio Ambiente, nós não queremos ver, Ver. Aírto Ferronato, a mesma manobra na Secretaria Municipal de Esportes. Nós vamos votar a favor, porque dizer que a Secretaria Municipal de Esportes vai cuidar da questão que faz o atendimento às vulnerabilidades, dizer que vai incluir uma série de outras funções é mascarar o esvaziamento da Secretaria Municipal de Esportes. E nós queremos o compromisso de votar as emendas seguintes que tiram da extinção a Secretaria Municipal de Esportes. Tem que ser suprimida. Por quê? Porque nós podemos abrir mão de tudo que preserva a vida nesta Cidade. O que tem mais importante para um gestor do que colocar o recurso público, o servidor público em favor da vida? Quem disse que desenvolvimento é licenciar rapidamente na cidade de Porto Alegre? Quem disse? Desenvolvimento é proteger árvore, é proteger seres humanos, é proteger animais, é promover saúde com esporte, com lazer, com atividades físicas integradas com a natureza. Isso, para mim, é desenvolvimento; isso, para mim, é progresso! E essa reformulação privilegia o desenvolvimento econômico, os supersecretários, os supersalários, a estrutura embaixo dos supersalários!

Nós não estamos vendo nada do compromisso humano que falou Marchezan na campanha, que falou Marchezan na posse aqui, ontem, que falou Marchezan na posse lá na Prefeitura – compromisso com o interesse público. Escondido atrás dessas palavras, ele dizia que iria contrariar corporações. Aqui não há corporações; aqui é uma mobilização em defesa da vida, Vereadores e Vereadoras, em defesa da vida! Porque se uma secretaria perde a função principal de proteger a vida – se a gente perde essa secretaria, nós sabemos como funciona um governo –, o Governo vai funcionar para uma única funcionalidade, que é licenciar projetos econômicos, que é praticamente

encaminhar empreendimentos, e não proteção da vida. Sim ao esporte! Sim à saúde! Sim ao meio ambiente! Basta de monstros criados aqui!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 012/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 15, destacada, ao PLCE nº 012/16. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 15, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, Sr. Presidente, demais Vereadores e pessoal amável das galerias. Em primeiro lugar, eu venho a esta tribuna agradecer os quase 10.500 votos que tive nesta eleição. Foi com imensa alegria que fui eleito, e não pretendo desapontá-los. E assim como vocês gritaram para alguns Vereadores, enquanto proferiam seus votos, que eles não os representavam, vocês não me representam também. E eu não devo impor o meu voto, não vou condicionar o meu voto ao grito de vocês. Eu estou representando uma parcela da população que está representada aqui, uma minoria talvez, mas que tem voz e que talvez, por estar trabalhando neste momento, não pôde comparecer. O NOVO sempre defendeu a necessidade de maior eficiência na administração pública. Isso foi discurso de campanha, isso foi discurso de criação do partido, e esse foi o discurso pelo qual fui eleito. Minha atividade neste Parlamento municipal vai ao encontro deste discurso, de buscar uma administração pública mais eficiente, mais enxuta, que permita melhorar a vida de todos os porto-alegrenses e fazer de Porto Alegre uma cidade admirada. É por isso que, quando vejo a apresentação de emendas no sentido de manutenção de certas secretarias, e a gente entra no mérito da discussão de sermos assassinos de cachorrinhos ou não, de sermos contra ou não criancinhas, enfim, isso é populismo, pessoal. A gente tem que parar de discutir se é ou não importante aquela função, porque, de fato, todas são, mas a gente tem que discutir resultados, porque a gente caminha para um populismo toda vez que fala sobre intenções e não sobre resultados. Na prática, a gente não sabe, vocês não sabem dizer se vai

melhorar ou piorar a situação dos animais com a extinção da SEDA. Melhoria de gestão impacta no resultado. E é isso que a gente tem que olhar.

Uma pergunta que sempre guia o meu pensamento, uma pergunta que sempre me faço quando entro nessas questões, nesses debates, é a seguinte: é necessária a manutenção de uma estrutura autônoma ou é mais eficiente unir as funções em estruturas enxutas, porém que funcionem melhor, que entreguem melhor resultado? Isso a gente não está discutindo aqui, muito pouco se discute aqui. A gente precisa melhorar resultado e não criar secretarias para tudo que a gente acha importante. Alimentação é fundamental, então vamos criar uma secretaria para cuidar da alimentação! Vamos criar secretarias de juventude, de adultos, de idosos, porque todos são importantes; vamos criar secretaria de mulheres, secretaria de homens, secretaria de negros, de índios, de LGBT; vamos criar para todas as categorias, afinal de contas todos somos importantes – ninguém discorda disso! Queremos falar sobre o mérito da questão, e o mérito da questão é resultado, e é isso que me interessa, e é para isso que o Parlamento deve direcionar seu pensamento e seus votos. Acessibilidade, indústria, comércio, turismo, trabalho, esporte, recreação e lazer também são funções relevantes, mas nem por isso a gente precisa de uma secretaria para que essa área seja cuidada.

Por isso eu sou a favor da redução do número de secretarias e da junção desses órgãos: que se concentrem mais atividades em uma só estrutura, mas que lhe permita melhor gestão e melhores resultados. É para isso que eu vou brigar: para melhores resultados! Isso, na visão do NOVO, é tornar o Estado mais eficiente e a Cidade mais admirada para todos os porto-alegrenses. Por isso o NOVO vai encaminhar seu voto pela reprovação da Emenda nº 15. Muito obrigado, Presidente, e todos os colegas.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 15, destacada, ao PLCE nº 012/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu gostaria muito, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. João Bosco Vaz e Ver. Mauro Zacher, que vocês viessem defender esta emenda, porque ela reconstitui a

Secretaria Municipal de Esportes, com o seu secretário, como uma secretaria a ser preservada na sua integridade, na sua identidade e na sua importância, imprescindível para os resultados na cidade de Porto Alegre. Para os resultados! A não ser que a política de resultados seja qual, mesmo? Econômico! Eu espero que a política dê resultados. Nós conhecemos bem esse termo da qualidade total, da meritocracia. É resultado para poucos; é resultado para os que podem pagar; é resultado para quem já nasceu em berço de ouro; é resultado para um terço. Aliás, o Secretário da Fazenda está falando hoje que vai ter que aumentar impostos, pelo que eu ouvi aí. Nós já conhecemos esse modelo, ele é velho! Eu queria que o partido novo viesse com um novo modelo, um modelo humanista, um novo modelo de saúde. Atividade física é atividade de saúde! O Secretário me lembra que o serviço de recreação tem 90 anos na cidade de Porto Alegre, tem história! Tem história do basquete na praça, tem história das oficinas da terceira idade, tem um trabalho maravilhoso que salva vidas, que evita que as pessoas vão para os hospitais, para os postos de saúde, porque saúde se constrói com posturas, com posturas corporais, com posturas ambientais. Vocês estão destruindo essa conquista na cidade de Porto Alegre, estão destruindo o meio ambiente, a defesa do direito animal e, agora, a vida, a proteção da vida, a construção da saúde, do equilíbrio, da possibilidade, da relação humana saudável. Eu brincava com o pessoal e dizia: podem as torcidas, Grêmio e Inter, sentar juntas. É isso o que o esporte tem que fazer, tem que criar urbanidade, solidariedade, fraternidade; se não, a Cidade vai ser da violência e do caos, que é o que nós temos na cidade de Porto Alegre! Essa emenda tem esse sentido.

São 23 anos de Secretaria Municipal de Esportes na cidade de Porto Alegre, e, num canetaço, vai ser extinta, uma Secretaria essencial para a vida humana. O que adianta fazer aqui... Agora, vou pedir uma homenagem ao Ver. Professor Garcia! Ontem, fui injustamente acusada de falar mal do Ver. Professor Garcia, injustamente, incorretamente, mentirosamente. Tinha divergências com ele nas votações, mas defendia aqui nesta Casa a Educação Física. Ele deve estar acompanhando na TV, ao vivo, o fim da Educação Física. Já não basta o golpista do Temer colocar a Educação Física como opcional no ensino médio! É para acabar... Povo brasileiro não tem corpo, não tem vida, não tem direito à sexualidade! É trabalho, trabalho, desde os 12, 14, 15 anos. É isso o que tem que fazer com o povo pobre. Resultado! Resultado! E nós queremos vida! Se tem um sentido para o recurso público, para a política pública, pode deixar que a iniciativa

privada dá conta dos negócios. O público tem que proteger a vida, está ali para garantir quem não tem direitos, está ali para oferecer oportunidade do esporte para quem só brinca na rua, joga futebol no meio da rua, porque não tem alternativa de quantas praças já perderam professor de Educação Física. Quando o professor de Educação Física saiu, entrou a violência, entrou a droga, entrou o lixo na praça, entrou a desurbanização e o afastamento das pessoas. É isto o que faz o esporte na Cidade de Porto Alegre: produz vida, produz qualidade de vida, inclusão, sustentabilidade. Eu não consigo aceitar que esta Câmara concorde em terminar com tudo que é o sentido mais importante e essencial de um governo existir. Para negócios, ele não precisa existir! Não precisa! É para a vida que um governo precisa existir! É para a vida que a gente faz um contrato social e arrecada impostos. É para isso! O povo brasileiro botou isso na Constituição, nos direitos que a Constituição proclama. Nós não precisamos de uma política de resultados. O resultado que nós precisamos é de proteção da vida, Ver. Janta. Sim ao esporte!
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 15, destacada, ao PLCE nº 012/16.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero debater resultados. Esse argumento de que a extinção de secretarias fundamentais não traz mudanças nas políticas públicas foi o mesmo argumento usado pelo Governo Sartori para extinguir a Fundergs, e vocês devem lembrar da extinção da Fundergs, algo que aconteceu no ano passado, ainda na Assembleia Legislativa. Desde que foi extinta a Fundergs, um espaço fundamental para garantir políticas de desenvolvimento de esporte, de desenvolvimento de novos atletas – a Fundergs que a Daiane dos Santos, tão referenciada, estudou e se desenvolveu como atleta –, Secretário, acabaram as políticas públicas de esporte, mas não acabaram os CCs na Fundergs. Esses resultados não são trazidos aqui na tribuna.

No caso, por exemplo, da Secretaria das Mulheres, extinta também pelo Governo Sartori – é a próxima emenda que vamos discutir daqui a pouco –, o argumento era de que não precisava, uma vez que estaria vinculada aos direitos humanos. Pois as políticas de combate à violência contra a mulher praticamente acabaram no Estado do Rio Grande do Sul, enquanto os feminicídios, as agressões, a violência contra a mulher aumentaram. O

Ônibus Lilás acabou, o Centro de Referência Vânia Araújo fechou, políticas importantes foram estagnadas. E nós não somos tolos de deixar que isso aconteça no Município de Porto Alegre.

Aliás, lamentavelmente, está acontecendo. Vimos a extinção da SEDA e nós, do PSOL – Ver. Prof. Alex Fraga, o Ver. Pedro Ruas estava aqui durante a votação da SEDA –, votamos favoravelmente à criação da SEDA, sabendo do pioneirismo e da necessidade de construir uma Secretaria que pudesse avançar na questão dos direitos dos animais, como, por exemplo, o ônibus Bicho Amigo, que é um avanço enorme no Município de Porto Alegre. Também a ideia de um hospital veterinário para que os mais pobres possam ter acesso a políticas de tratamento aos seus animais de estimação. É isto que acontece: quem não tem dinheiro, muitas vezes, não consegue tratar os seus bichinhos. Nós aprovamos, mas foi extinta na votação anterior. Agora a SMAM, incluindo a concessão do licenciamento ambiental, se for corrigida nas próximas emendas que ainda serão votadas na Câmara, ficará sob controle do desenvolvimento econômico, ou seja, o meio ambiente será rifado para interesses privados.

Nós estamos votando agora uma emenda muito boa, que não só não permite a extinção da Secretaria dos Esportes, Ver. Márcio Bins Ely e Ver. João Bosco Vaz, como devolve as atribuições da Secretaria dos Esportes para dentro da Secretaria dos Esportes para que possa seguir desenvolvendo as políticas que já têm nas praças e que amplie as políticas tão importantes dos esportes. A Ver.^a Sofia falava que esporte é saúde; esporte é saúde! Evidentemente é qualidade de vida, evidentemente esporte também é segurança. Fala-se tanto em segurança, e o Prefeito eleito disse que teria políticas no Município para melhorar a situação de segurança, mas, ao mesmo tempo, extingue uma secretaria que pode ajudar muito, tendo políticas de esportes para a nossa juventude, que é, muitas vezes, capturada pelos interesses de gangues capitalistas, que é o narcotráfico. Nós precisamos ter políticas de esporte, de cultura, de lazer, a Secretaria cumpre um papel importante nisso, mas pode cumprir mais.

E é justamente o resultado desse discurso, do enxugamento dos gastos públicos, do massacre ao serviço público, do Estado que não investe nas áreas essenciais e quer repassar tudo à iniciativa privada, que está levando a maior crise de criminalidade que vive o Estado do Rio Grande do Sul. Nós queremos discutir resultados, sim; resultado do parcelamento do salário dos brigadianos; resultado da extinção da Fundergs; resultado da

demissão de mais de mil pessoas na semana passada na Assembleia Legislativa, quando da votação do pacote. Então, além de resultados, queremos que esses resultados não cheguem no Município de Porto Alegre. Votaremos à favor da Emenda e contra projetos privatistas, que atacam o servidor.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 15, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Vereadoras e Vereadores, todos os que nos assistem, quero desejar um bom ano de 2017 a todos e dizer que o esporte foi sempre a minha linha de vida. O esporte é que me deu saúde, o esporte é que me deu limite, o esporte é que me deu companheirismo, que me ensinou a viver socialmente. Hoje eu vim aqui na tribuna para defender esta Emenda porque a educação, o esporte, a cultura significam a inclusão social de todos nós. Essa troca de identidade maravilhosa que temos dentro do esporte acontece nas pracinhas, onde as crianças jogam o seu futebol, o seu vôlei, o seu basquete; lembro dos campinhos de várzea onde eu comecei a minha vida. Ali eu aprendi muito, e tudo que eu tenho hoje, toda essa herança que tenho hoje vem da educação que tive no esporte. Por isso sempre venho aqui defender a educação e o esporte, a inclusão social. Essa é a minha defesa pelo esporte.

Eu não vejo outro caminho para uma cidade, para um país, para um bairro – o esporte. A segurança para os nossos filhos, o outro lado da moeda, o outro pensamento, o sonho... Eu tive o sonho, quando criança, de jogar no Maracanã e aqui estou. Joguei no Grêmio por 13 anos e cheguei, com o esporte, a ser campeão do mundo. Esse é o esporte em que eu acredito, este é o país do Primeiro Mundo em que eu acredito: país com educação, esporte e cultura. Sem isso, gente, o caminho fica difícil, muito difícil, porque nós já estamos num caminho totalmente tortuoso. Espero que possamos mudar e acreditar na educação, no esporte e a na cultura. Ver. Márcio Bins, eu votarei nessa emenda contigo, porque isto é o que eu acredito: no esporte. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 15, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; permitam-me aqui fazer uma saudação especial ao Secretário Edgar, dos esportes, que acompanha esta importante votação aqui. Antecedeu-me aqui na tribuna o Ver. Tarciso Flecha Negra, com quem eu tive a honra de compartilhar um projeto importante quando fui Secretário de Esportes em 2006, quando o Vereador coordenava em cada campo uma escolinha, um projeto de inclusão social muito relevante, importante. Quero saudar o Ver. Cassiá Carpes. Permitam-me fazer uma menção ao Ver. Dinho e tantos outros atletas que, com muita galhardia, ocuparam aqui as cadeiras deste Poder Legislativo.

Quero dizer que o Estado do Rio Grande do Sul tem uma tradição no futebol. É bem verdade que o meu time não teve um bom desempenho, mas tivemos recentemente a realização, em Porto Alegre, da Copa do Mundo, que é sem dúvida um dos maiores eventos esportivos mundiais. Tivemos também a edição das Olimpíadas no Rio de Janeiro. Vejam a indiscutível relevância e importância do esporte nos mais diversos aspectos, e quero destacar aqui alguns deles. Primeiramente, a disciplina e hierarquia das nossas crianças, dos nossos jovens.

Quero dizer que tenho alguns projetos de lei na área do esporte, o que entendo ser importante e relevante para o contexto, que foram construídos a quatro, seis, oito mãos. Aprovamos recentemente a 1ª Maratona Aquática Cidade de Porto Alegre, e tenho alguns projetos na área de artes marciais, na dança. Acredito que o esporte é, sem dúvida nenhuma, uma política pública que tem que ser priorizada na nossa Cidade. Eu entendo o esforço do Prefeito Marchezan no sentido de construir um núcleo de entendimento de priorização de algumas questões, mas manter o esporte como uma política pública prioritária em Porto Alegre nos remete a entender que essa é uma pauta importante para os porto-alegrenses. Temos aqui uma série de equipamentos públicos ligados ao esporte, temos mais de 50 campos de futebol, o próprio Ginásio Tesourinha, os projetos para idosos, vários projetos de inclusão na área da criança. Lembro que ali no Parque Alim Pedro tem um belíssimo projeto de futebol e vários outros projetos. Através do Programa

Pró-Esporte, conseguimos inclusive uma isenção ou, digamos, um reencontro de contas para uma amortização de 6% do ISS e do IPTU para quem investir em projetos esportivos em Porto Alegre. Acho que muitos avanços na área do esporte ocorreram desde que foi criada a secretaria. É importante que possamos, às vezes, dar dois passos para trás para dar dois para frente.

Então, queremos pedir a sensibilidade da base, do Prefeito da maneira como construímos a emenda: nós, simplesmente, estamos mantendo a Secretaria dos Esportes exatamente como ela é, com os seus professores de Educação Física, com a sua rede de instrução. E temos certeza de que não vai prejudicar de forma nenhuma, digamos, o novo conceito de gestão que o Prefeito quer imprimir, que foi legitimamente eleito, e nós não discordamos aqui, na construção da Cidade, que quem tem que tocar a Cidade é quem a Cidade escolheu para fazê-lo. E o Prefeito foi legitimamente eleito, o nosso projeto perdeu a eleição – o Prefeito Fortunati, o Prefeito Melo. Temos que reconhecer que o povo de Porto Alegre determinou a mudança, e eu, como Líder da Bancada do PDT, tenho que entender esse movimento. Entendo esse movimento e o respeito democraticamente, mas também não posso deixar de ter opinião e trazê-la aqui, fazendo referência também a um dos Vereadores que foi responsável por um período importante, como Secretário de Esportes do Município, que depois respondeu pela Copa, que subscreve junto comigo esta emenda, que é o Ver. João Bosco Vaz. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 15, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Srs. Presidente, Srs. Vereadores, eu fui Secretário da Produção, Indústria e Comércio, da SMIC, que é a Secretaria que cuida da agricultura em Porto Alegre, cuida de toda a atividade de varejo, cuida da indústria, cuida dos alvarás, tem o Procon, tem a fiscalização ambulante, tem a fiscalização localizada – visita-nos aqui o Secretário Ricardo Gomes, que assume uma pasta da sucessora da SMIC. A SMIC, como Secretaria, está acabando, mas as suas atribuições não acabam, os feirantes continuam demandando serviços. Hoje pela manhã, falei com o Presidente do Sindicato Rural de Porto Alegre, ele continua com demandas, o CDL vai ter demanda, o Sindilojas

vai ter demanda e tem porta para entrar na Prefeitura e tem caminhos para percorrer essas coisas.

Eu fui Secretário do Urbanismo, a Secretaria de Urbanismo também está deixando de existir, mas as políticas urbanísticas, inclusive aquelas legais, não podem deixar de existir, elas vão continuar existindo. Vai ter que fazer EVU de primeiro e segundo grau para empreendimentos de grande impacto; vai ter que aprovar projeto para supermercado, projeto para igreja, qualquer tipo de projeto, porque isso é uma determinação legal.

Então, eu não consigo entender – a não ser que seja uma resistência pura e simples à mudança – por que não podemos aceitar que as políticas permaneçam, mas as denominações se alterem e que a estrutura seja rearranjada? É simplesmente isso que se está promovendo, que se está pedindo. É a Secretaria que está aqui da sustentabilidade. Nós, Vereadores, incluímos o tema meio ambiente e sustentabilidade. Que bom, continua existindo essa política, até porque há resolução do Conama determinando a existência do licenciamento ambiental. Parece que junta um grupo aqui de que é terra arrasada, de que acabou, de que não vai ter mais: “Nossa Senhora, acabamos o mundo! Porto Alegre vai ser a capital da destruição! Isso aqui virou um Iraque!” Não é assim!

A SEDA claro que vai continuar tendo política para os animais. No privado, não! Público, Vereador! E vou lhe dizer o seguinte, por quem tenho o maior carinho e respeito: quando fui Secretário da SMIC, nós fizemos o maior programa de vacinação do rebanho de Porto Alegre e estendemos para cachorros e gatos – e não precisava de secretaria! –, era coordenado pelo Antonio Bertaco, na Secretaria de Indústria e Comércio, em parceria com o Sindicato Rural.

Então, eu vejo ali as senhoras que começam a gritar, possuídas, nos ofendendo: chamaram-me de sujo, de safado, de sem-vergonha, disso e daquilo. Pessoas desqualificadas, porque a pessoa para vir ao Parlamento e ofender um Vereador porque ele tem posição, e a posição é republicana, é muito desqualificada. Eu não vou me rebaixar ao mesmo nível de retribuir esses adjetivos, mas o que eu vou repelir, porque não é verdadeiro, é esse pensamento raso, que tem a profundidade de um pires, de quem não pensa, de quem não tem capacidade de pensar, de que, por nós distinguirmos o nome de uma secretaria, nós vamos acabar com a política. Muito antes pelo contrário!

E quero dizer com todo o carinho aqui: acho que o esporte é uma das formas de promoção e inclusão da juventude. Está aqui o nosso Maluco do Bem, Moises Barbosa, e tantos outros que sabem e que trabalham com isso. Eu mesmo e o Ver. João Bosco Vaz, quando Secretário da Indústria e Comércio, Diretor do Badesul, fizemos o Futebol Social Clube, de que o Tarciso participou. Dávamos uma verba todo mês, um patrocínio, ex-atasletas, técnicos de futebol pegavam a gurizada, 20, 30, 40 oficinas de futebol, e levavam. Essas políticas são perenes! Elas vão permanecer!

As políticas para os animais... Ali ficam gritando que eu não tenho coração, que o Thiago não tem coração, que não amamos cachorro... Eu sempre tive cachorro, gato, passarinho, tive tudo que é tipo de bicho! Então, esse tipo de histerismo, esse fundamentalismo em 2017 não cabe mais! O problema que eu vejo, como dizia Humberto Eco, é que as redes sociais, embora, às vezes, nos tragam informações que são maravilhosas, deram voz também a uma legião de intolerantes, que praticam a sua intolerância lá. E aí há Vereadores aqui que fazem foto e depois vão distribuir como se nós fôssemos inimigos, agora, Ver. Tarciso, de quem quer praticar esporte, antes, de quem quer cuidar do seu cachorro, antes, de quem quer preservar a sua árvore. Nós não somos inimigos de nada disso, muito antes pelo contrário. E acho que é um grande equívoco, é um pensamento muito rasteiro, baixo, um pensamento de fundamentalistas.

E, sobre fundamentalista, nós, seremos humanos, estamos vendo o que está acontecendo. Na Turquia, ontem, houve um atentado de fundamentalistas. Por quê? Porque o fundamentalismo não cabe, nós temos que ser abertos. E, Secretário, muito obrigado, mas nós não estamos... (Som cortado conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 15, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Secretaria de Desenvolvimento Social vai desenvolver na cidade de Porto Alegre as políticas públicas. O Ver. Márcio Bins Ely, que aqui me antecedeu, falou muito bem das políticas públicas feitas pela Secretaria de Esportes. Nós queremos que essas políticas

públicas continuem, elas serão continuadas numa Secretaria de Desenvolvimento Social, que vai fazer políticas públicas de esporte, de assistência social para a juventude, de direitos humanos, de deficientes, vai fazer política pública para os indígenas, para os negros, políticas públicas em Porto Alegre, mas não com um monte de secretários. Aqui mesmo se encaminhou projeto para extinguir 30% de CCs. Nós estamos extinguindo uma gama de secretários de municípios, assessores, motoristas, uma série de pessoas que trabalham nas secretarias, mas não na política pública, na área de esporte. Política pública é no Ginásio do Tesourinha. Política pública é o que acontece na Redenção, é o que acontece nas praças, nas várzeas da nossa Cidade, com os clubes de futebol. Essa política pública, com certeza, Edgar, não vai ser excluída do nosso Governo. Essa política pública vai ser ampliada, e não precisa ter carimbo de um monte de secretários para fazer política pública.

Nós vimos o Governo Federal, com milhares de ministros, não chegar onde tem que chegar, que é nas pessoas. Nós vimos o Governo do Estado com centenas de órgãos e não chegar onde tem que chegar, nas pessoas. Nós já falamos aqui em outras oportunidades: queremos fazer um governo que chegue nas pessoas, queremos fazer um governo que entregue para as pessoas aquilo que as pessoas precisam e necessitam do que foi dito aqui de políticas públicas. E nós queremos fazer políticas públicas nessas áreas importantíssimas para a população de Porto Alegre.

Agora, não adianta a pessoa vir aqui, meu amigo e colega Rodrigo Maroni, e dar um hospital para a cidade de Porto Alegre. Política demagoga! Porque um hospital, um prédio é a coisa mais fácil do mundo de se construir – costume dizer muito isso! Chega em qualquer comunidade e diz assim: “Vamos construir aqui uma creche, vamos fazer a campanha do tijolo, do cimento, da telha”. E essas comunidades se juntam e fazem a campanha do tijolo, do cimento, da telha e constroem a creche. E quem vai trabalhar lá dentro?

Doar um hospital para a cidade de Porto Alegre é barbada! Por que é que o Sr. Grendene não paga os médicos? Por que o Sr. Grendene não paga a gasolina? Por que é que o Sr. Grendene não paga os atendentes? Por que é que o Sr. Grendene não paga a estrutura desse hospital? Por que é que ele não paga isso? É como as UPAs. Construir uma UPA é barbada. Por que é que temos uma centena de UPAs fechadas no Brasil? Porque colocar lá dentro o médico, o enfermeiro, o atendente, a lavadeira, o vigilante, colocar lá dentro a

estrutura para funcionar a UPA, mensalmente, equivale a dez vezes o valor de construir uma UPA.

Então, queremos fazer políticas públicas desenvolvidas para as pessoas e nós temos certeza de que a Secretaria de Desenvolvimento Social vai conseguir fazer essas políticas públicas na área de esportes, assistência social, juventude, direitos humanos, portadores de deficiência, índios, negros e tudo o que está dentro dela tendo um secretário eficiente e, junto dele – o que já foi aprovado nesta Casa –, os seus auxiliares trabalhando. Assim nós vamos enxugar a máquina pública, que é a reivindicação de vários Pares aqui, diminuindo os CCs dentro da Prefeitura de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 15, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. CASSIÁ CARPES: Obrigado, Presidente. Gente, ninguém pode falar mais de esportes do que eu e o Tarciso, e vocês junto conosco. O esporte é uma peça, uma ferramenta muito importante para a integração social, temos lucidez nisso. Na época da ditadura, fui presidente do Sindicato dos Atletas, votei pelas Diretas, estive sempre na luta pelo atleta. O Edgar está aqui. Parabéns, Edgar, pelo teu trabalho de muito tempo, abnegado, mas hoje é outra realidade.

O que queremos da Secretaria de Esportes? Realmente, quero ajudá-la, mas ela não precisa ser uma Secretaria de Esportes para ajudarmos, ela pode ser... Até porque ela tem pouca verba, nós sabemos disso. O que eu me proponho a fazer? Eu quero sugerir ao Prefeito que possa ajudar, junto com esses órgãos da Prefeitura, a fazer parcerias. Por exemplo, há escolas que não têm nenhum professor de Educação Física. Por que não pode uma Secretaria ou órgão de esportes fazer um convênio, uma parceria, e ajudar nas quadras e campos dentro das escolas? Por que não pode?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CASSIÁ CARPES: Não se preocupem que vamos tratar muito bem o esporte, seja Secretaria ou não. Eu vou cuidar deste departamento, o Tarciso vai me ajudar a cuidar.

Nós vamos trabalhar, sim, para fortalecer o esporte. A nomenclatura vai ser extinguida, mas a estrutura vai ficar, para que possamos, sem dúvida, fortalecer o esporte nas ruas, nos bairros, que é muito importante. Contem comigo, não tenham medo. Precisamos fazer a reforma porque ela é necessária para sobrar dinheiro a fim de colocarmos para o povo mais pobre a educação, a segurança, o esporte. Vou votar “não” a esta emenda, mas vou estar trabalhando o dia inteiro para que o esporte seja realmente contemplado como ele merece. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 15, destacada, ao PLCE nº 012/16, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Bom, as três falas que me antecederam deixaram claro o que estamos fazendo aqui desde a semana passada, quando caiu o quórum, e hoje estamos votando esse projeto da tão falada reforma administrativa. Vejam as últimas três falas, Ver. Valter, Ver. Janta e Ver. Cassiá, eu anotei algumas expressões: “É só uma mudança de denominação, a estrutura vai ficar”, “as políticas vão ser mantidas”; “muito antes pelo contrário, vão ser até ampliadas as políticas”. Então, eu pergunto: o que nós estamos fazendo aqui desde quinta-feira? O que nós estamos fazendo?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Fica escancarado que é para dizer lá para fora “que enxugamos a máquina da Prefeitura”. É só isso. Por isso, profissionais da imprensa que estão aqui, eu aconselharia: se gravaram as falas, não essas últimas três, mas outras, eles reconheceram isso. Aliás, era o que nós escutávamos aqui no plenário de muitos Vereadores para justificar o seu voto a favor da chamada reforma administrativa. Não muda nada, é só um agrupamento. Se não muda nada, se não tem sentido, não tem sentido. Aliás, quero repetir a frase: “Muito antes pelo contrário”.

Então, o que significa isso? Que serão investimentos na Secretaria de Esportes? Aí nós concordamos. Aliás, eu, o Ver. Tarciso também falou, sou uma pessoa que tem uma

trajetória no esporte. O esporte é fundamental, gente. Não é um setorzinho lá da Prefeitura. Nossa Secretaria de Esportes tem tradição, não tem recursos – o Ver. Bosco costuma dizer aqui na tribuna –; com pouquíssimo orçamento, tem que cuidar de coisas que nós nem conhecemos: piscinas públicas, por exemplo, nem sabemos – cadê o Ver. Bosco, que pode nos ajudar aqui neste debate? Então, vejam, é central, é central. Um país que investe nos esportes coloca seus jovens na direção correta. O que vocês acham que as disputas nas Olimpíadas são? São as nações mostrando que investem no esporte. E investir no esporte é não precisar investir em política de redução de danos ou de drogas, enfim, de tudo aquilo de ruim – o Ver. Tarciso sabe disso – que o esporte nos salva! Cria disciplina, cria comportamento de equipe, cria disciplina para enfrentar os desafios da vida, não é só uma Secretaria. Não é só uma Secretaria. Então, realmente, fica incompreensível. O bom é que os discursos aqui da tribuna acabaram admitindo. Vejam, a nossa Emenda nº 04, que tentava colocar a redução do número de CCs em 30%, aliás, fomos tímidos, colocamos 30%, que era o discurso da campanha, sequer esta passou. Então, realmente, não conseguimos entender. O que nós temos que discutir é, sim – alguém falou aqui a palavra –, a eficácia da administração. Sim, o Poder Público pode ser eficaz, então nós temos que discutir isso.

Eu não consigo entender o Ver. Valter, do PMDB – que perdeu a eleição com o candidato Sebastião Melo –, que, em 2011, criou a SEDA, capitalizou politicamente – ou não? Cada secretaria criada foi uma capitalização política em determinados públicos, em determinadas demandas sociais, e, quatro anos depois, não é mais relevante, mudou a civilização? Em quatro, cinco anos, não precisa mais? Agora o melhor é juntar tudo numa só, de desenvolvimento social ou seja lá o que for? Então, vejam a incoerência do discurso: o sujeito está aqui no Governo, criou as secretarias, as inúmeras secretarias, poderíamos ter discutido uma a uma, por que foram criadas, e agora se extingue tudo. O que me impede de pedir que, daqui a quatro ou cinco anos, recriem as que querem extinguir hoje? Vejam: não há sentido nenhum a não ser justificar perante a uma opinião pública que não se informa bem sobre o que está acontecendo aqui, para convencê-los de que “agora, sim; enxugada a máquina administrativa, teremos recursos e faremos o melhor pela Cidade”.

Então, desculpem-me, infelizmente é uma política rasa, que acredita na desinformação das pessoas. Eu só espero que os profissionais da imprensa que estão aqui coloquem

isso nos jornais, na tevê e nos meios de comunicação para que a população saiba o que se passou aqui nos últimos dias. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 15, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores e Vereadoras. Hoje, pelo que está se discutindo aqui, é um dos momentos mais tristes da Câmara, no momento em que se anuncia o enxugamento da máquina. Eu fui chamado pelo meu colega novato, do Parcão, nosso colega representando o Parcão e toda a turma, o pessoal que vive fora e volta para cá, que se construiu, na adolescência, fora do País, aí vêm para cá... Eu fico até feliz, porque, antigamente, os ricos só vinham para a política velhos, agora eles estão mandando os ricos novos, o que é bom também! Eu fico muito contente! Hoje em dia, o que vale para entrar na política é um bom currículo em Harvard, ou na França! Quer dizer, tem crédito ser filhinho de papai, ao que eu também não sou contrário, fico até contente que os filhinhos de papai tenham seus representantes bem estabelecidos aqui. Eles são bem-humorados, eles gostam de gravar videozinho com ironia, aprenderam uma coisa que era de pobre, que é tocar bumbo: antigamente eram os pobres que tocavam bumbo, hoje eles tocam lá no Parcão, pintaram a cara! (O Ver. Rodrigo Maroni, em Requerimento, solicitou a retirada de parte do seu pronunciamento, tendo sido deferida pelo Sr. Presidente.)

Sabe qual é o perfil agora, para apresentar currículo, Ver. Tarciso? O pessoal lá do teu bairro, esses aí não. Hoje tem que ser filhinho de papai, ter sido criado em escola particular e, se possível, com nove, dez anos, já ter ido para fora. Aí volta para cá agora, e é moda ser candidato dos *playboys*, é moda tocar bumbo. Os caras criam... Eu acho bom, porque antigamente era só o Araketu na Bahia, entenderam? Só os pobres tocavam um sambinha, agora a "playboyzada" aprendeu a tocar e reivindicar. Só que eles querem privatizar a política, aí nós temos que aprender.

Como tu falaste que eu cuido de cachorrinho, com todo respeito, Camozzato, quero dizer que, infelizmente, isto aqui não é uma empresa; infelizmente nós não podemos tratar a coisa como se fosse um restaurante privado, em que tu demites, mandas, botas fora. Aqui

nós lidamos com vidas. Eu acho que hoje os maiores comediantes são vocês, os que sabem tirar sarrinho da esquerda, abraçar, provocar constrangimento, pular do lado. Isso é legítimo, e eu gosto. Antigamente era o ACM, o Renan Calheiros, e hoje temos os novos, que vêm direto, pessoal que vem já com patrimônio. É legal, né? Temos vários representantes no Brasil!

Eu quero dizer que é lamentável este momento em que discuto isso. Antigamente, Márcio – tu foste do Movimento Estudantil –, essa turma não discutia com a gente. Nós passávamos a miséria entre nós discutindo Movimento Estudantil. Hoje não! Hoje temos os representantes dos ricos novos aqui e em todas as Câmaras Municipais. O que é bom! Eu acho que vai ser um bom debate, agora sem debochar de quem defende política pública! Carús, tu, que fizeste discussão comigo aqui no Movimento Estudantil, sem debochar; porque, se debochares, vais comprar briga feia, vais ter inimigo direto na trincheira e bom para debate! Eu sou parceiro, mas vocês têm um inimigo que, além de debochado, é louco, aí se somam duas qualidades. Os ricos, contra eles, nós vamos ter que discutir na população. Hoje é bom porque é governo.

Quero dizer para vocês: que momento lamentável! Que momento vergonhoso! Porque os ricos fazerem política não tem problema, agora os caras quererem privatizar o que é público! Aí é lamentável, como se isso fosse justificativa, com estruturas fundamentais como a dos animais, com estrutura do esporte. O filho do rico tem escolinha, tem natação e, se bobear, vai para fora fazer natação. O filho do rico tem *personal trainer*. Camozzato, tu me falaste que entrou na política há um, dois anos, não é? (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 15, destacada, ao PLCE nº 012/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 16 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, solicito renovação de votação com base no resultado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Perfeitamente, no presente caso, cabe renovação de votação. Por favor, encaminhe o Requerimento por escrito.

Em votação a Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 012/16. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu não vim a esta tribuna ainda hoje, mas, depois de alguns pronunciamentos do Ver. Rodrigo Maroni aqui, eu não vou discutir nem o objeto que deveria ser discutido e que ele deveria discutir. Mas, quando ele desce para questão pessoais, para questões de vida de um outro Vereador, quando cuida da vida de outro Vereador, Ver. Maroni, eu sou obrigado a vir a esta tribuna e falar, mesmo que V. Exa. corra da raia, pois tem acostumado a fazer isso – fala e foge. Isso mostra o caráter desse cidadão oportunista, desrespeitoso com os colegas. Faltou a mamãe dar uns tapinhas na bunda desse rapaz para ele aprender a ter educação. Ele não tem o direito de vir aqui e selecionar Vereador, se é rico, se é pobre, se é branco, se é negro. Ele não tem esse direito porque aqui todos são Vereadores! Aqui eu não vou falar desse cidadão, que até usou de mentirinhas para fazer votos, mas não fez! Levou tiro de mentirinha para fazer voto; ofende os colegas Vereadores todos os dias; ameaça os Vereadores – mas ninguém leva a sério, porque ele não é sério.

E nós temos, numa hora, dar um basta para essas bobagens. Nós temos que nos respeitar para ter respeito com vocês. Eu tenho o maior respeito por todos os que estão aqui, defendendo a liberdade de se manifestarem. Eu posso não concordar, mas respeito. Mas quando se trata de um colega querer achincalhar o outro colega... Vejam bem, ele não disse que ele não é sério, ele não disse que ele tem outro defeito, ele achou defeito porque ele foi estudar. Ele foi estudar, e aí, porque ele estudou, porque ele frequenta o Parcão... É defeito isso? Não! O Parcão é de todos. O Parcão não é de rico e não é de pobre, ninguém tem o direito de vir aqui cobrar um colega porque frequenta o Parcão ou porque estudou. Ninguém tem esse direito. Ver. Maroni, que está escutando lá do banheiro, tenha mais juízo e mais respeito quando subir nesta tribuna, eu exijo mais respeito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, creio que muitos de vocês estão cansados com esta tarde de debates, de votações, porém ainda precisamos manter a nossa energia para os pontos fundamentais e importantes que estão sendo discutidos na tarde de hoje, e este é um dos momentos cruciais.

Senhoras e senhores, venho à tribuna discutir a Emenda nº 16, de autoria da Ver.^a Jussara Cony, que não está presente nesta Legislativa e com quem tive a possibilidade de construir esta emenda. Dialogamos com muitas pessoas visando corrigir um dos pontos-chave debatido na tarde de hoje, que é justamente a questão da atribuição da responsabilidade pelo licenciamento ambiental na nossa Cidade. A Ver.^a Jussara, dentro da sua emenda, reestruturou a alínea a do inciso III do artigo 5º, justamente aquela que determina que a pasta ambiental, a partir da aprovação da emenda do Ver. Airto Ferronato, a chamada Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade, tem a atribuição da execução do licenciamento ambiental. Portanto, estamos aqui designando para essa pasta especificamente a execução de um dos pontos-chave da nossa tarde de embates. O licenciamento precisa ficar na pasta ambiental, é assim que determina a legislação federal, é assim que determina o bom senso, é assim que determina toda a lógica da preservação do nosso ambiente.

Portanto, senhoras e senhores, precisamos, com responsabilidade, votar favoravelmente à Emenda nº 16, porque ela determina que o licenciamento ambiental, sob todos os seus aspectos, permaneça dentro da pasta que lhe é competente, e não dentro de uma pasta dita de desenvolvimento econômico. Precisamos aprovar essa emenda para que possamos contornar os pequenos problemas que vêm junto desse projeto de reestruturação administrativa. Esse é um dos mais graves, um dos mais sérios e um dos mais preocupantes defeitos que esse projeto que está sendo avaliado e votado traz no seu conjunto.

Portanto, peço a sensibilidade dos Vereadores de todas as bancadas para que se atentem com relação ao licenciamento ambiental. A lei federal determina que isso é competência e atribuição do órgão ambiental desta Cidade, não do desenvolvimento econômico. Então peço, em nome da minha bancada, do PSOL – Ver.^a Fernanda e Ver.

Roberto Robaina – e também em nome da Ver.^a Jussara Cony, da última Legislatura, o voto favorável desta Casa. Precisamos corrigir esse problema grave para que não tenhamos, digamos assim, que chorar os problemas que vão se acumular ao longo do tempo em decorrência desse grave problema do projeto que nos foi apresentado. Um grande abraço. Espero que tenhamos a aprovação da Emenda nº 16.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 012/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Para os que acham que estamos aqui só ganhando tempo, quero dizer que não é verdade, estamos aqui fazendo a discussão do conteúdo de cada uma das emendas. Se não acreditássemos ser possível escutar e construir alternativas, nós não investiríamos tanto no debate. Por isso entendo que o Ver. Maroni faz a provocação, para virem para o debate aqui e exporem suas ideias, quem sustenta o que eu estou chamando não de pequenos problemas, Ver. Prof. Alex Fraga, mas de exterminador do futuro, porque este modelo – sei que tu chamaste atenção que este é um grande problema – , a combinação de supersecretarias... Vou ler agora sobre um projeto de lei que entrou na Casa, assinado pelo Prefeito Fortunati, a pedido do Prefeito Marchezan: “Fica criada verba de representação de Secretário do Município, atribuída aos titulares das pastas, quando estes forem servidores, detentores de cargo de provimento efetivo do Município ou de outra esfera governamental, inclusive empregados públicos, cedidos para o Município, com ônus para órgão de origem, com ou sem ressarcimento do Município. Parágrafo Único – A verba de representação de Secretário de que trata o *caput* deste artigo corresponde ao valor idêntico ao de Secretário do Município de Porto Alegre”. Portanto teremos a criação de supersalários, porque o servidor, que vem com seu salário, receberá mais um salário de Secretário sobre o supersalário. Isto é a política de resultados do Governo Marchezan, e a nossa leitura aqui, pela redação, é de que pode se aplicar a todos os secretários, pois são empregados públicos. Por que não pode somar salários? Esta é a política que entendo que não corresponde a uma solução dos problemas econômicos em que a Cidade vive. Essa política, uma política da terra arrasada, que o Marchezan tentou; uma política de não extinguir CCs, com vimos hoje

aqui nos votos das senhores e das senhoras; com a política de não extinguir os Adjuntos quando as Secretarias são extintas.. Olha, lembro a emenda da bancada do PT que propunha 30% de desconto e do resto da oposição assinando junto também do PSOL. Também tinha um item: extinguiu os CCs das Secretarias que seriam extintas. Ora, senhores, acabaram de extinguir – ainda tem uma chance – a Secretaria de Esportes, mas os cargos comissionados permanecem intactos, os salários dos Secretários vão receber uma injeção de ânimo.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: A repercussão financeira, que não tinha vindo no projeto, veio na sequência, diz que vai se gastar menos três milhões/ano, recuperando, em seguida, o possível enxugamento. Mas não é possível aceitar a desidratação do licenciamento ambiental. E esta emenda, Ver. Prof. Alex, formulado por V. Exa, junto com a nossa querida Ver.^a Jussara Cony, é muito linda e muito completa, ela mostra a seriedade de quem enxerga a questão ambiental com respeito, planejando, coordenando, articulando o controle e a política ambiental do Município na preservação das áreas protegidas, na conservação ambiental, no manejo da arborização urbana e na execução do licenciamento ambiental.

Portanto, é possível, com a Emenda nº 16, recompor a Secretaria de Meio Ambiente como órgão fiscalizador, executor do licenciamento, mas também como quem faz a gestão das áreas de proteção ambiental e da política municipal do meio ambiente. Eu espero que ninguém tenha a coragem de votar contra essa missão, que é a missão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – agora, de Sustentabilidade –, que é a determinação legal e que vai garantir verbas para podermos trabalhar saneamento básico, uma vez que a cidade de Porto Alegre não despoluiu ainda o Guaíba. Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Felipe Camozzato (Requerimento): Sr. Presidente, gostaria de pedir a retirada dos comentários ofensivos do Ver. Rodrigo Maroni dos anais, pois acho que não competem

ao debate. Estamos discutindo sobre emendas, e a Câmara de Vereadores merece maior civilidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Camozzato, as manifestações da tribuna são de responsabilidade de cada um dos autores das mesmas. Somente os autores podem solicitar a retirada dos anais.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa noite, colegas Vereadores. Estou sem voz, estou o dia inteiro nessa função, porque a nossa luta em defesa da Secretaria dos Animais não iniciou hoje. Quero dizer, Ver. Idenir Cecchim, para ti, que na política nós temos que nos habituar, nos acostumar a nos relacionar com quem não gostamos. Eu sei que tu nunca gostaste de mim. Eu sei. Quando tu orientavas a Ver.^a Lourdes Sprenger, tudo que ela fez de inteligente aqui, boa parte, foi pensado por ti. Eu olhava, claro, o que acabou sendo trágico-cômico para ela; eu alertei aqui. Tu conseguiste te eleger mais uma vez, e eu também. Apesar de não sermos amigos, tenho uma relação respeitosa contigo e quero reiterar a minha relação respeitosa com o Ver. Camozzato, como com o Ramiro. É legítimo, vocês têm o direito de vir aqui defender, falar sobre o que quiserem.

Agora, Cecchim, eu não quero fazer média nem nada, porque sei que a política para ti, como tu mesmo comentaste, é quase como *hobby*, uma diversão. Para mim não é. Eu dou meus dias, minhas noites, minhas madrugadas, acordo de manhã... Inclusive pedi as notas taquigráficas para ver o que tu falaste, porque mencionaram que tu tinhas falado que eu menti com relação a algumas coisas. Se isso de fato for, quero te convidar a viver a minha vida de Vereador por uns três dias, para tu veres se é necessário eu mentir. As causas são diferentes, mas quero te dizer o seguinte: lamentavelmente a maior parte dos políticos nem causa tem; lamentavelmente nós vivemos num País... Escute-me, se tu quiseres me escutar, senão, tu vires as costas, como eu preferi fazer para ti.

(Aparte antirregimental do Ver. Idenir Cecchim.)

O SR. RODRIGO MARONI: (O Ver. Rodrigo Maroni, em Requerimento, solicitou a retirada de parte do seu pronunciamento, tendo sido deferida pelo Sr. Presidente.)

Mas quero dizer o seguinte: eu faço política por causa, por tema e por política pública. E abri mão da minha vida. Não aceito, não admito e jamais vou aceitar – nunca aceitei no Movimento Estudantil, o Carús que está aqui sabe, fomos colegas de oposição –, Cecchim, que descredenciem meu trabalho. E eu queria ver, Cecchim, olha para mim... Gostaria de te fazer um convite: falar aqui durante cinco minutos sobre a causa que tu representas, a respeito de que tu trata. Porque eu, particularmente, só vejo tu polemizando com a Ver.^a Sofia, antigamente, com a Ver.^a Fernanda, com um, com outro. E eu acho que é o momento político – e aí quero dialogar com a turma daqui, de forma muito fraterna e muito franca – de, respeitosamente e carinhosamente, dialogar. Hoje tem gente que sobrevive na política a partir da polêmica com outro, de sobrenomes e de acusação. Se tirares isso, não tem mais nada para apresentar! Nós vivemos num momento político onde se criminaliza a outra opinião e tem gente que sobrevive, na política, disso! Eu, independente se for do PT, do PSOL, do PMDB ou PSDB, acho que os políticos deveriam defender causas, gente. Deveriam defender política pública e pegar uma causa, sabem por quê? Porque eu vivo e durmo por uma causa, e falta política pública para ela! E eu não vou aceitar quem não tenha causa e faça disso aqui um grupo de amigos para vir debochar da minha cara! Poderia ir para um grupo de bocha, poderia jogar sinuca de tarde, e aí vem para cá como uma forma de diversão para debochar de quem tem uma causa! Não aceito isso, Cecchim, não aceito isso! E se tu não gostas de mim – e finge bem quem não gosta de mim –, pelo menos, que tu sejas franco em não gostar de mim. Tu não podes estar aqui representando a Ver.^a Lourdes.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Mauro Pinheiro: Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação a V. Exa. no sentido de que os Vereadores que usarem a tribuna devem se ater ao projeto e às emendas. Já estamos com os ânimos bastante acirrados e a discussão está saindo do tema para uma discussão pessoal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vou referendar a solicitação do Ver. Mauro Pinheiro, mas logicamente que está na consciência de cada Vereador. Pedimos a

compreensão, é o que diz o nosso Regimento. Este Vereador logicamente que não vai cassar a palavra de ninguém, mas peço que possamos nos ater ao tema de cada emenda que está sendo discutida e depois ao projeto, para agilizarmos.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, de Renovação de Votação da Emenda nº 15 ao PLCE nº 012/16.

Em votação nominal, por solicitação desta Presidência, a Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 012/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 24 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 18, destacada, ao PLCE nº 012/16. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 18, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu tinha três emendas, mas uma delas já está prejudicada, pois eu estava propondo lá no início a criação da Secretaria da Sustentabilidade, e a emenda do Ver. Aírto Ferronato acabou por prejudicar aquela emenda. Restam, na verdade, duas emendas, e eu quero fazer um pedido aos ilustres Vereadores. Obviamente, eu fiz essas emendas a partir da minha experiência como Secretário, vendo como tramitam as coisas, só que houve um pedido – e quero dizer que acho que este pedido é correto, é procedente –, de que estas questões sejam examinadas no curso daqueles 120 dias que estão no projeto desta estruturação, de ver como funciona. O que estou propondo, na verdade, é que o EVU de primeiro grau e de segundo grau – todos os grandes projetos de impacto, acima de mil metros, por exemplo, aqueles que o Plano Diretor define, têm que fazer EVU – ficassem na Secretaria da Sustentabilidade. E na outra emenda estou propondo que o Epahc fique também na Secretaria da Sustentabilidade. De novo, volto a dizer, fruto dessa minha experiência. Eu até acho que essas coisas vão acontecer. Tenho a convicção de que, para o bom andamento disso, essas questões vão acontecer, mas eu acredito que é de bom tom atender a essa solicitação para que possamos fazer essa discussão com mais vagar na estruturação exatamente dessas secretarias. Quero pedir aos ilustres Vereadores a rejeição das minhas emendas, solicito isso, e obviamente este tema fica postergado, mas não fica arquivado, vamos discutir isso porque, obviamente, há uma necessidade, inclusive legal, de se fazer esse licenciamento e ninguém, muito menos o Município, está

escusado de fazer de fazer esse licenciamento. É este pedido que faço, e peço pela rejeição das duas emendas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 18, destacada, ao PLCE nº 012/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 4 votos **SIM**; 30 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 19, destacada, ao PLCE nº 012/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 1 voto **SIM**; 31 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 21, destacada, ao PLCE nº 012/16. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 21, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero, primeiro, justificar, porque a patrulha fica aqui muito mais como censora do que aplaudindo a posição dos Vereadores, por isso, quero só colocar uma questão. Havia duas emendas semelhantes a esta, que estavam em análise, que eram as de nº 07 e de nº 16. Votei favoravelmente à Emenda nº 16 e contrariamente à Emenda nº 07, por uma questão de interpretação do texto proposto. Votarei favoravelmente à Emenda nº 21, que é de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, justamente para consolidar aquilo que eu havia dito quando defendi a Emenda nº 06, cujo autor foi o Ver. Aírto Ferronato. Nós temos um ordenamento legal federal que não exige da responsabilidade do órgão executivo ambiental existente no Município a execução do licenciamento ambiental. É louvável que o Governo, ao propor essa reforma administrativa, queira inserir no rol de atribuições da Secretaria do Desenvolvimento Econômico o licenciamento ambiental. Pode ser louvável, mas não é aquilo que está de acordo com a lei. Então é muito provável que empreendedores da Cidade que venham a ter os seus empreendimentos licenciados, caso a licença ambiental fique sob a tutela da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e nós tenhamos uma judicialização permanente desse processo, não só com base na legislação esparsa, seja federal, estadual ou até mesmo municipal, mas também com

base na previsão constitucional, que muito bem aqui o Ver. Adeli, textualmente, fez a leitura do caput do art. 225 da Constituição de 1988.

Em um órgão ambiental, que também foi garantido aqui pela aprovação da Emenda nº 06, que continuará a ser chamado de Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade, estará a cobrança também das contrapartidas dos empreendedores que nos visitam bastante aqui na Casa, dos empreendedores que cobram maior eficiência do Estado, cobram maior eficiência do Poder Público. Nós também queremos a mesma eficiência e a mesma agilidade desses empreendedores nas contrapartidas sociais de mobilidade e no atendimento às condicionantes ambientais que o licenciamento garante – é o que queremos deles! Na Zona Sul de Porto Alegre, que é um espaço onde nós podemos ter um crescimento urbano ainda importante, nós temos vários empreendimentos, mas um deserto de contrapartidas que foram devolvidas para a população. Onde estão sendo cumpridas essas condicionantes ambientais, as contrapartidas? Esse deserto reflete em bairros e comunidades, sem espaços públicos, sem áreas de lazer.

Então o encaminhamento para que o órgão executivo ambiental do Município continue a executar o licenciamento ambiental, e é o que diz a Emenda nº 21, Ver. Mauro, é justamente para que o desenvolvimento sustentável seja garantido no âmbito do Município de Porto Alegre. Mas desenvolvimento sustentável não é proteção fundamentalista de recursos naturais, é proteção de recursos naturais, é resguardo do ambiente natural, mas é também possibilidade de empreender com as contrapartidas sociais, com a geração de emprego e renda, desde o empreendimento, e a destinação correta, por exemplo, dos resíduos sólidos que são gerados. Muitas vezes, no licenciamento urbanístico, não especifica para onde vão esses resíduos, que também podem cumprir um papel importante no aspecto social, na geração de renda e oportunidades, e o Poder Público Municipal estimula essas políticas. Então, encaminho aqui o meu voto a favor da Emenda nº 21, na certeza de que é um avanço para o desenvolvimento sustentável o licenciamento ambiental feito pelo órgão competente em respeito à Constituição Federal e à legislação existente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Rodrigo Maroni (Requerimento): Por achar que eu me excedi em determinadas palavras, gostaria de retirar dos anais a minha fala em relação ao Ver. Felipe Camozzato e ao Ver. Idenir Cecchim por respeito à Câmara de Vereadores e aos colegas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Muito bem, a Diretoria Legislativa providenciará a retirada. E parabênzo o Vereador pela sensibilidade.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 21, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Encaminho aqui em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores porque rejeitada a nossa emenda que falava em “a SMAM coordenar o licenciamento”, depois rejeitada a emenda da Ver.^a Jussara Cony, que também colocava a SMAM na centralidade da coordenação do licenciamento, rejeitadas ambas as emendas nos resta a Emenda nº 21, que utiliza aqui o verbo “conceder o licenciamento ambiental”. Vamos votar a favor desta emenda como uma forma de redução de danos, diria assim. Entendo que a concessão não é simplesmente um mero carimbo ou reduzir o termo concessão a uma não análise, porque quem concede, estamos aqui falando do Poder Público, logicamente deve dar uma opinião sobre isso, caso contrário, não concede. Esperamos que essa seja a interpretação vigorante e não haja necessidade de debates seja político, seja interno dentro do órgão licenciador, nem jurídicos. Para que delimitarmos, se o fato de não mantermos ali a palavra “coordenar” reduz o papel da SMAM no processo de licenciamento? Então, estamos encaminhando aqui favoráveis à emenda nesse contexto, lamentado que a palavra “coordenar” não ficou constando na emenda como era a nossa emenda e como era a Emenda nº 16 da Ver.^a Jussara Cony. Então, o nosso voto favorável a fim de aprovar a emenda. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 21, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. DR. THIAGO: Quero deixar registrado que é louvável, Ver. Mauro Pinheiro, essa sua iniciativa. Em meu nome e do Ver. Reginaldo Pujol, da Bancada do Democratas,

desejamos que a SMAM continue cumprindo o seu papel administrativo e legal, que é o de atuar no processo de licenciamento ambiental. Na Emenda nº 07, anteriormente, nós tivemos posicionamentos internos diferentes no partido e votamos favoravelmente. E, nesta emenda, vamos votar favoravelmente, Ver. Mauro Pinheiro.

É importante dizer que esse primeiro projeto do Governo, que vem para cá, é um projeto que demonstra precisar ser aperfeiçoado com outros projetos, tanto no que se refere ao enxugamento da máquina administrativa, quanto à atuação do Município na competência e nos setores em que a sociedade precisa que ele atue: saúde, segurança – principalmente nesses dois – e, no caso municipal, educação. Então, é importante que não seja um projeto isolado de diminuição de secretarias, mas que se pense também na redução de secretários adjuntos. A redução de secretários adjuntos vai propiciar que se possa, por exemplo, com a redução dos Secretários atinentes a pastas que nós vamos enxugar, se fossem reduzidos aqui, nós poderíamos reabrir ou abrir inicialmente, pelo menos, dois pronto-atendimentos na Cidade, o que significaria uma economia em torno de R\$ 600 mil. Então, é importante a gente pensar nisso. Mas não de forma desestruturada como alguns Vereadores de partidos que patrocinaram a ampliação de CCs Brasil afora e quiseram colocar emendas que extinguiriam aleatoriamente. E aqui, em Porto Alegre, querem desestruturar a máquina reduzindo 30% aleatoriamente, não é isso. Nós precisamos de projetos de reestruturação de secretarias coordenados, organizados e que diminuam efetivamente, que não se percam as políticas públicas. Quando eu falei da Secretaria de Direitos Humanos e vim aqui, via de regra, falar bastante disso, eu acho uma demasia uma Secretaria de Direitos Humanos Municipal ter cinco subsecretarias, por exemplo, e cinco estruturas, e não posso acreditar que isso contribua para as políticas públicas. Assim como o PT e o PSOL, naquela oportunidade, quando da criação dessas secretarias, como eu, nós votamos contrários. E uso isso como exemplo, uso o Estado como exemplo disso; o Estado com todas as suas dificuldades de políticas públicas – a Ver.^a Fernanda veio aqui e falou em defesa da mulher –, o Estado, com toda a sua dificuldade de recursos humanos, hoje, tem um programa de proteção à vítima formado por servidores públicos de carreira, vinculados ao Instituto Geral de Perícias, que é premiado Brasil afora, e que funciona lá no Hospital Presidente Vargas. Então, é o Centro de Atendimento à Vítima, modelo internacional, coordenado e muito bem coordenado pela Dra. Angelita, uma médica legista de carreira, do Estado. Então, quero dizer que nesta

Emenda a Bancada do Democratas vai votar a favor, e acreditamos que isso é importante, ex-Vereador Beto Moesch: a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, os servidores que se encontram aqui, que continuam prestando o excelente serviço que prestam ao Município de Porto Alegre, tendo o seu protagonismo no licenciamento ambiental. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 21, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, estamos encerrando a nossa tarde de discussões e o debate agora é com relação à emenda proposta pelo Ver. Mauro Pinheiro, que coloca parte do licenciamento ambiental dentro da pasta da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade que agora foi nomeada. Apenas parte, pois, na minha modesta opinião, a parte de coordenação do licenciamento deveria também ser incluída dentro da pasta do meio ambiente e sustentabilidade. Através desta emenda, a coordenação permanece dentro da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, o que, mais uma vez, em minha modesta opinião, é um erro grave. Porém, senhoras e senhores, tenho que lamentavelmente interpretar esta emenda como um prêmio de consolação; lamentavelmente, pois, como biólogo de formação – reforço mais uma vez –, percebo o quão temerário é o desenho do projeto que está se apresentando neste exato momento.

Vamos votar como bancada do PSOL – falo em meu nome, em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina – favoravelmente a esta emenda que coloca novamente parte do licenciamento dentro da pasta que lhe é devida. Eu gostaria de ter tido nas emendas anteriores que tinham o mesmo viés – o viés preservacionista, o viés de respeito ao meio ambiente –, do fundo do meu coração, o apoio do Ver. Mauro Pinheiro, já que o seu partido se chama Rede e Sustentabilidade. Infelizmente, isso não foi possível, mas eu o respeito por causa disso.

Vamos votar favoravelmente, este é o meu encaminhamento, por conta, justamente, dos ataques que nós recebemos ao longo de toda a tramitação deste projeto na Câmara, feita muito às pressas, em que a população não foi chamada a discutir, por exemplo, esse aspecto crucial da liberação de obras e empreendimentos com potencial de lesar, talvez definitivamente, o ambiente natural de nossa Cidade.

Portanto, é com muito lamento, com muito pesar, com muita tristeza que faço o encaminhamento para que todas as bancadas e todos os Vereadores votem favoravelmente à emenda do Ver. Mauro Pinheiro. Ela é para nós, ambientalistas, um prêmio de consolação. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 21, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, na última encíclica sobre o meio ambiente, a Carta Encíclica Laudato Si, entre os números 102 e 114, o Papa Francisco fala sobre o desenvolvimento e expõe um marco legal para o desenvolvimento, pelo qual o desenvolvimento não é um valor absoluto, o desenvolvimento pode, às vezes, ser uma Vitória de Pirro, ou seja, a gente desenvolver e depois morrer graças ao desenvolvimento. Aí entra a ideia de sustentabilidade, quer dizer, o desenvolvimento tem que trazer resultados benéficos, mas ele é também um imperativo da natureza humana, é um dever do ser humano para consigo mesmo. Daí vem a ideia de dignidade, de plenitude, até de felicidade. Então, a gente tem que encontrar um meio-termo, um equilíbrio entre o desenvolvimento e a sustentabilidade, ou seja, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, de sorte que o licenciamento em Porto Alegre tem segurado o empreendimento nesta Cidade. O licenciamento ambiental em Porto Alegre tem travado o desenvolvimento da Cidade, porém, o que precisamos... Ver.^a Sofia, eu lhe ouvi atentamente, votei em algumas propostas suas, inclusive a senhora ensaiou uma reação que não entendi muito.

(Aparte antirregimental.)

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Ah, foi um espanto; eu entendi ter sido uma vaia, mas foi um espanto. Obrigado. Nós precisamos de agilidade, ainda que seja para negar a licença ambiental, nós precisamos de uma resposta. Porto Alegre é uma cidade afundada na burocracia, Porto Alegre é uma cidade terrível, uma das piores cidades do Brasil para empreender. Então, temos agora a possibilidade de ter um processo ágil na esfera administrativa, mas cuja decisão e concessão da licença, a partir desta emenda do Ver. Mauro Pinheiro, vai ficar a cargo do órgão ambiental. É importante que a população saiba disso. A esperança que nós temos é que o processo seja mais ágil, Ver. Sgarbossa, inclusive para se negar a licença, porque, como eu disse, o desenvolvimento não é um valor absoluto, é um valor, mas tem que estar sobrepesado na ideia de bem comum. Então, o que nós esperamos – e eu vou encaminhar o meu voto favorável a sua emenda, Ver. Mauro Pinheiro – é que esse processo não fique a cargo de outro órgão, ou, pelo menos, que a concessão fique a cargo de outro órgão que não seja o ambiental, que é essa a sua proposta. Ou seja, o parecer técnico, a opinião balizada e a expertise vão ficar com o órgão ambiental, mas o processo vai transcorrer de uma forma mais eficiente e mais rápida. Inclusive, para dizer ao empreendedor: “O senhor não pode empreender, porque o seu empreendimento pode causar danos colaterais ao meio ambiente que a Cidade não pode suportar”. Mas ele não pode esperar três, quatro, cinco anos para empreender na Cidade e para ter uma resposta do Poder Público. Nosso encaminhamento será favorável à emenda. Muito obrigado, Presidente e colegas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 21, destacada, ao PLCE nº 012/16, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Wambert, eu me espantei, porque, por exemplo, o Projeto do Cais do Porto foi polêmico, teve uma audiência pública no Grêmio Náutico União, onde compareceram mais de 600 pessoas, ficamos até à meia-noite, e quase todas as manifestações eram contrárias. Era uma audiência pública organizada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAM, e nenhuma ponderação lá foi acolhida pelo órgão licenciador, que obviamente esse licenciamento estava subtraído do meio ambiente. Aí não dá para dizer que esse Cais

Mauá, que está atrasado mais de cinco anos, seis anos está parado, atrasado, e o problema é o meio ambiente. Mas não é mesmo! É roubo, é entidade não idônea que está lá naquela gestão, é burla da licitação, é não solução para as cheias, é impacto patrimonial sobre a Usina do Gasômetro, é mudança da contrapartida que era para ser rebaixamento do Cais Mauá. Então, eu lhe digo...

(Aparte antirregimental.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Certo, mas para negar rápido, é negado e o empreendedor não corrige. É negado, é devolvido, vai a encargo e o empreendedor não corrige, insistindo no erro. Vou dar outro exemplo, gurias, vocês vão se lembrar muito bem do emissário do Socioambiental. O que foi a desfaçatez desse governo que passou, que conseguiu diminuir os quilômetros para emissão do resultado do tratamento de esgoto, que gastou dinheiro público para aprovar e combater o parecer da Sema de que isso era predador para o meio ambiente, de que jogava, em Ipanema, resíduos de um tratamento que não é completo obviamente. Isso atrasou quanto tempo? Mas atrasou porque o próprio Município se negou a cumprir o projeto que o licenciamento ambiental tinha determinado como adequado, ideal para o tratamento da água e preservação do Guaíba. É assim. Então, não é a SMAM que atrasa, não é o cuidado ambiental que atrasa; é a predação, tanto do privado quanto do público, que não quer gastar para manter a vida. Não quer gastar! Quer é otimizar, dar resultado, mandar fazer negócio com o espaço público, com o bem público, com a política pública. É só o que nós estamos assistindo! Entrega do Auditório Araújo Vianna para a Opus, entrega da orla para não sei quem. Estão cercando a beira do Guaíba, isso foi na mão grande de um clube de futebol. Então, é muito grave. Não responsabilizem o licenciamento ambiental. Não responsabilizem! Ao contrário, é muito grave colocar aqui... O Beto Moech me disse que é melhor colocar do que não. E eu acredito, Beto, porque nós tínhamos divergências em outras áreas, mas não no meio ambiente. Vamos votar a favor. Mas quero dizer ao futuro Secretário do Meio Ambiente e Sustentabilidade que pese muito bem se vai conceder a licença ambiental sem ter participado do processo de licenciamento, da elaboração, da análise técnica, e poder, então, assinar e se responsabilizar pelos licenciamentos dados. Posso dar outro exemplo gravíssimo: o licenciamento da Arena do Grêmio. Foi o último licenciamento que

tivemos acesso, através do Ministério Público, do EIA-RIMA, que a SMAM analisou, que tinha bonitinho, o prejuízo do lado, qual era a medida mitigatória e a responsabilidade, ali tinha, nós conseguimos buscar pelo Ministério Público. Depois disso, não se consegue mais o licenciamento, é uma coisa esquisita, é um relatório que não tem mais a opinião da SMAM do lado! Nem os Vereadores conseguem acompanhar qual a opinião do órgão. Gente, isso que está acontecendo em Porto Alegre é grave – gravíssimo! As consequências estão aí na nossa ambiência.

Então, conceder vai trazer uma responsabilidade imensa para esse Secretário, imensa! E não foi ele que realizou a fiscalização e o processo de licenciamento. Mas eu vou dizer para vocês: nós vamos entrar com ADIn, se o Ministério Público não entrar, nós vamos entrar. Nós vamos anular essa lei ilegal e predadora do meio ambiente!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 21, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. MAURO PINHEIRO: Obrigado, Ver. Valter, que preside esta Sessão, demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste; eu até não viria à tribuna, mas como fui citado e esta emenda é de minha autoria, resolvi tentar ajudar a esclarecer, Ver. Tarciso. Primeiro, Ver. Wambert, V. Exa. também tem razão, concordo com sua colocação: crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável são o que todos nós devemos buscar. Porque nem sempre o desenvolvimento econômico consegue dividir as riquezas, que é o que nós queremos, que é o bem comum da Cidade. Muitas vezes, o crescimento econômico é elevado, mas o dinheiro fica na mão de poucos. No desenvolvimento econômico, já começa a se preocupar mais com o IDH. No desenvolvimento sustentável, buscamos além do crescimento da Cidade, que nem sempre vai trazer riqueza para todos ou para desenvolver a Cidade como um todo. O desenvolvimento sustentável é aquele em que buscamos o desenvolvimento, as riquezas são melhores distribuídas e conseguimos preservar o nosso meio ambiente. E é isso que nós, da Rede Sustentabilidade, buscamos, esse desenvolvimento sustentável, em que queremos que a natureza

permaneça para as próximas gerações. É isso que nós queremos buscar, visando o bem comum.

Quando eu fiz essa emenda da concessão, para que fique no órgão ambiental, que é a Secretaria de Sustentabilidade, com a Emenda do Ver. Aírto Ferronato, colocando a Secretaria de Meio Ambiente junto com a Sustentabilidade, nós queremos que esse órgão fique com a concessão, que é a preocupação que o Ver. Carús tem. Só que, apesar de eu não fazer parte nem do Governo que terminou, nem do que está começando, pelo conhecimento que tenho – que não é tão profundo como daqueles Vereadores que fizeram parte do Governo -, hoje existe um escritório de licenciamento, Ver. Pujol, que não mais vai estar onde está, mas esse escritório de licenciamento vai estar dentro dessa Secretaria de Desenvolvimento, com pessoas ligadas às demais secretarias, que é o que eu espero, e que haja pessoas ligadas ao meio ambiente nesse escritório para agilizar o processo e que sejam dadas as licenças para aquelas empresas, aqueles empreendimentos que realmente estejam dentro das perspectivas econômicas, mas também ambientais. E, depois desse licenciamento, eu espero que venha mais explicitado nos próximos projetos, que o Prefeito nos pede até 120 dias para montar a estrutura dessas secretarias e desse credenciamento, que venha mais explicado como vai funcionar esse órgão de licenciamento e de desenvolvimento. Mas eu quis assegurar que a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade fique com a concessão. Porque de nada vai adiantar o escritório de licenciamento se o Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade não der a concessão. Então, é uma forma que o Prefeito, pelo que eu entendi na explanação, encontrou para agilizar os processos dentro da Secretaria de Desenvolvimento, mas que precisará da chancela da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade para conceder ou não essa licença para que o empreendimento seja executado.

Portanto, nós estamos fazendo, aqui, uma disputa muito mais ideológica, mas hoje já é um escritório de licenciamento, independente de estar na Secretaria de Desenvolvimento ou não, nos moldes atuais. E eu não vi ninguém reclamando de como funcionava e, pelo jeito, não funcionava bem, porque nós sabemos que Porto Alegre é umas cidades que tem um dos maiores problemas para se conseguir licenciar e construir. Espero que funcione melhor, mas que a Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade fique com a concessão e realmente aprove projetos que estejam dentro daquilo que nós esperamos,

preservando o meio ambiente. E que seja mais ágil, mas dentro da lei, para que possamos ter uma cidade mais sustentável, mas equilibrada, mais equânime para que Porto Alegre seja melhor para o bem comum, Ver. Wambert. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 21, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a manifestação do autor praticamente dispensa qualquer outro comentário. Eu quero, simplesmente, acentuar que estamos tratando de algumas situações preliminares, eis que a própria lei que deve ser hoje aqui aprovada estabelece, com absoluta precisão, em seu art. 10, que o Executivo Municipal, no prazo de 120 dias, constado da publicação desta lei complementar, encaminhará projeto de lei da reforma administrativa. O assunto não vai terminar hoje, aqui. Hoje se vai oferecer uma possibilidade para que inicie as atividades, e essas serão mais detalhadas ao final dos 120 dias que a equipe do Governo vai dispor para preparar a efetiva reforma administrativa, que será, então, submetida a esta Casa mais uma vez.

Então, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Ver. Mauro Pinheiro, não porque ele tenha oferecido, na expressão do Ver. Prof. Alex, um prêmio de consolação para a Casa. Eu aguardei a oportunidade da sua emenda porque acho que, com objetividade, ela cumpre rigorosamente aquilo que precisava ser cumprido: assegura que o licenciamento ambiental será dado pelo órgão ambiental, e ponto final. Era isso, Sr. Presidente. Só isso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 21, destacada, ao PLCE nº 012/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 35 votos **SIM**.

Em votação a Emenda nº 22, destacada, ao PLCE nº 012/16. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 22, destacada ao PLCE nº 012/16, como autora.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Esta emenda, na verdade, garante a manutenção das políticas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Muitos Vereadores novos nesta nova Legislatura, mas também muitos Vereadores antigos, que sabem da nossa luta enorme, grande contra a criação de secretarias carimbadas e a ideia de estruturas de secretarias que não cumpriam nenhum papel efetivo na vida das pessoas. Mas, na verdade, serviam para acomodar os cargos em comissão, para acomodar os partidos da base aliada. E nós, muitas vezes, denunciávamos isso na tribuna. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos tem como responsabilidade a questão do atendimento das pessoas em situação de vulnerabilidade. Os negros, as mulheres, os LGBTs, o povo indígena, os idosos, os refugiados e os imigrantes. E muitas secretarias com o nome importante, como, por exemplo, a Secretaria do Trabalho, Ver.^a Comandante Nádia, não cumpriram nenhum papel relevante para a Cidade, muito embora vivermos numa situação de desemprego e de graves condições do impacto da crise econômica sobre as costas dos trabalhadores. Esse não foi o caso da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, ao contrário, embora a Secretaria tenha poucos recursos, nós tivemos avanços importantes, significativos em relação à população em situação de rua. Precisa avançar muito mais, mas quando quiseram fechar Escola Porto Alegre, nós chamamos a Secretaria Municipal de Direitos Humanos para a mesa para enfrentar a política da SMED de fechamento de uma escola importantíssima no Brasil, que é a EPA, que até hoje está aberta por decisão judicial, fruto da luta e, certamente, da atuação deste Parlamento.

No caso, por exemplo, da violência contra as mulheres, nós vivemos num País que tem a quinta maior taxa de feminicídios do mundo. Infelizmente, no Ano-Novo, nós vimos outro feminicídio e uma chacina na cidade de Campinas, em que o machismo de um ex-marido ou ex-companheiro, na verdade de um assassino, vitimou a ex-mulher, vitimou o filho e a família dessa moça. Dez pessoas vítimas da chacina em Campinas. Os feminicídios também são uma realidade em Porto Alegre, e o desmonte das políticas por parte do Estado, desde o fechamento da secretaria, é brutal. No caso do Município, nós temos um centro de referência às vítimas da violência – o Centro de Referência da Mulher Márcia Calixto – que nasceu depois da criação da Secretaria Adjunta da Mulher. Estou elogiando este equipamento; a Waleska Vasconcellos foi a Secretária, e muitas vezes nós fizemos emendas ampliando o orçamento para a Secretária gerenciar, com o apoio de várias Vereadoras e vários Vereadores da Câmara Municipal, porque o Centro tem atendimento

de assistente social, tem atendimento de psicólogos, tem atendimento das equipes da saúde, e quando a nossa Comissão de Direitos Humanos fez uma fiscalização lá – a Ver.^a Mônica vai lembrar –, de todas as mulheres que fizeram denúncia no Centro de Referência Márcia Calixto, naquele ano de 2015, nenhuma foi vítima de feminicídio, porque, nesse caso, a estrutura funcionou para garantir a vida dessas mulheres. Isso, para nós, é um avanço e precisa seguir, não pode ser extinto.

O projeto extingue não só a Secretaria, mas extingue as atribuições, na prática, ao submeter no desenvolvimento social. Nós temos muitas críticas à falta de recursos que a SALOS sofreu, mas nós recebemos, muitas vezes, a Secretária Adjunta Glória Crystal – estou fazendo referência a secretários adjuntos de outros partidos, como a Waleska Vasconcellos, do PDT, e a Glória Crystal, do PMDB –, sempre batalhando nesta Câmara por mais recursos para poder disponibilizar e efetivar a proteção da vida dos LGBTs.

Concluo dizendo que nós, obviamente, com esta emenda, estamos tentando preservar esse conjunto de políticas públicas para que possamos seguir avançando e, muito mais, garantindo mais recursos para avançar na proteção à vida das mulheres, dos LGBTs, dos negros e negras, da população em situação de rua e dos imigrantes.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 22, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Ver. Valter, colegas Vereadores e Vereadoras, cidadãos das galerias, quero dizer que compreendo a posição da Ver.^a Fernanda, valorosa e aguerrida Vereadora, defensora dos direitos humanos, assim como toda a Bancada do PT e do PSOL, sempre alinhadas à defesa dessa causa nobre, além das outras bancadas aqui da nossa Casa. Quero dizer que, como Secretário Municipal de Direitos Humanos – tive a honra de assumir essa função em janeiro de 2013 –, também construí, juntamente com a equipe liderada pelo Prefeito Fortunati, essa Secretaria, em 2012 – foi aprovada aqui em 2012. Nós fizemos toda essa concertação, criando cinco secretários adjuntos, havendo um impacto no mínimo negativo em relação à bancada de oposição, mas que, aos poucos, com o diálogo e com a prática com que foram executados os serviços na Secretaria de Direitos Humanos, principalmente com os

valerosos cinco secretários adjuntos, a Secretária do Povo Negro, a Secretaria LGBT, a Secretaria do Idoso, da Mulher, a de Política Indígena, Imigrantes. Com o trabalho dos adjuntos, nós conseguimos mostrar na prática o quanto aquele sistema poderia funcionar, e funcionou, e funcionou muito. Nós tivemos grande destaque na política de imigração, acolhendo os refugiados, os imigrantes, nossos irmãos haitianos e caribenhos através da Secretaria em trabalho com as outras secretarias. Nós tivemos também um grande destaque em relação ao nosso diálogo com o Movimento Pop Rua, que é o Movimento Nacional da População de Rua, por quem tenho o maior respeito. Está aí o Richard, nós tínhamos embates, mas todo o respeito construindo as melhores políticas para a pessoa adulta em situação de rua, e a Secretaria de Direitos Humanos passou a coordenar o que antigamente era coordenado pela FASC, que era o diálogo com a população adulta em situação de rua.

Em relação à política indígena, nós ganhamos o prêmio estadual do Governo Tarso Genro pelo desempenho da Secretaria de Direitos Humanos na política pública para os índios. É a primeira vez na história que temos um restaurante popular com serviço da Prefeitura de Porto Alegre. O Centro de Referência do Negro, em respeito ao Conselho Municipal do Povo Negro, entregamos reformado, para alegria das pessoas que trabalham a cultura, a tradição, a arte do povo negro, que deve ser valorizada. O Centro de Referência de Apoio à Mulher, que só atende casos de violência doméstica. O CRVV, que é o Centro de Referência às Vítimas de Violência, atende todas as outras violências, exceto as à mulher, que é pelo CRAN. Tudo isso é a Secretaria de Direitos Humanos. E posso dizer para vocês, com certeza, com convicção, que nenhuma dessas políticas vai ser extinta no Governo Marchezan. Então, vim aqui com toda a tranquilidade, toda a serenidade de quem fez um trabalho integrado com os movimentos sociais, de quem fez um trabalho respeitando as políticas para as minorias, que a nossa melhor proposta é encaminhar pela rejeição da Emenda da Ver.^a Fernanda, porque o projeto do Prefeito Marchezan visa otimizar a gestão, visa qualificar cada vez mais os serviços. Tenho certeza de que através deste projeto vamos vencer a burocracia, vamos vencer as leis do marasmo, e nós vamos potencializar essas políticas essas políticas que já têm sucesso e vão ter muito mais sucesso, depois que este projeto for aprovado. Tenho certeza de que a Secretaria de Direitos Humanos de Porto Alegre, que se consolidou com muito êxito, vai

ter ainda mais êxito quando for realocada e não extinta, e realocados os seus serviços, e não extintos, na Secretaria de Desenvolvimento Social. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 22, destacada, ao PLCE nº 012/16.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, fico muito honrada de estar, pela primeira vez, nesta tribuna como Vereadora, nesta egrégia Casa Legislativa, e dizer que já estive durante muito tempo do lado de lá. Mas também me sinto muito habilitada por estar do lado de cá, muito tranquila, porque, como eu dizia antes aos colegas Vereadores, atendi coisas muito piores nas ruas. Então, isso aqui está fichinha, até porque o juramento não foi com risco a própria vida. Mas fico triste em ver, nesta Casa democrática, alguns pequenos grupos querendo fazer, trazer a discórdia para esta Casa, com uma separação de classes, que não existe. Cidadania e democracia são feitas com respeito, e é respeito que nós temos que ter aqui todos os dias, seja com nossos colegas, seja com as pessoas da Mesa Diretora, seja com a platéia. Receber, sim, todas as demandas; receber, sim, todos os pleitos. Sou extremamente favorável aos movimentos, aos *lobbies*, mas desde que tenham respeito, que tenham cidadania, e que as pessoas possam deixar que as opiniões contrárias sejam conversadas e faladas aqui nesta tribuna, que é por onde o povo se expressa. Por isso, eu o parabeno, Sr. Presidente, pela sua postura ao conduzir todos os trabalhos hoje nesta Casa. Para ser coerente com o meu discurso, que me trouxe a esta Casa - a segurança pública e a questão das mulheres -, voto sim, Ver.^a Melchionna, à tua emenda, dizendo que não podemos perder todos os avanços que nós, mulheres, tivemos até agora aqui em Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul. Dizer que nós precisamos dos homens junto com as mulheres para respeitar a nossa autonomia, respeitar a dignidade da mulher, fazer o acolhimento necessário e a proteção que as mulheres vítimas ainda precisam. Tive o privilégio de ser a coordenadora e implementar a Patrulha Maria da Penha aqui, primeiramente, em Porto Alegre e depois no Estado, que tanto fez pelas mulheres que

morriam pelo simples fato de serem mulheres. Então, peço, sim, aos meus colegas homens Vereadores que pensem nas suas filhas, nas suas esposas, nas suas mães, nas suas netas, nas suas amigas, que provavelmente não estejam numa situação de risco, mas pelas outras tantas outras mulheres que podem e estão, hoje, correndo risco de morte. Dizer aos homens que aqui estão que feminismo não é aquela coisa enlouquecida de algumas, que saem gritando, batendo panela, tirando o sutiã; feminismo, colegas homens, Vereadores, é dizer, sim, “Eu sou feminista porque eu não quero mulheres morrendo pela simples questão de terem nascido mulheres”. Fica aqui, então, a minha fala, o meu pedido, para que a gente continue com essa coordenadoria das mulheres, tão importante nesse avanço que Porto Alegre tem. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 22, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente e colegas Vereadores, nós vamos encaminhar esta matéria, votando pela extinção da Secretaria, porque está muito claro que todos os serviços vão ser prestados pela Secretaria de Desenvolvimento Social. A Secretaria de Direitos Humanos se tornou um palanque e uma agenda. Eu fico perplexo, colegas Vereadores, quando a esquerda vem defender, com tanta veemência, os direitos humanos, quando, há pouco tempo, chorou a morte de um dos maiores carneiros, tiranos, assassinos que o mundo já conheceu, que foi o Sr. Fidel Castro, que, infelizmente, morreu de velhice. Nós vivemos a experiência na China, onde 70 milhões de pessoas morreram, um dos maiores genocídios, Ver. Valter Nagelstein, da história da humanidade. No Camboja, 11 milhões de pessoas foram assassinadas, porque se recusavam a morar no campo! Não sei se o senhor sabe, Ver. Márcio, que lá existe uma capela feita de crânios e ossos humanos por causa de um carneiro chamado Pol Pot, lá do Khmer Vermelho, que teve uma pena de prisão domiciliar totalmente desproporcional às 11 milhões de vidas humanas que esse homem exterminou! Tem gente, que até pouco tempo tinha bancada aqui na Câmara, que defende aquele imbecil que preside a Coreia do Norte, aquele regime asqueroso, nojento, vergonhoso! E tem partido, como o PCdoB, que emite nota chamando aquilo de democracia popular! Aquele vagabundo tirano teve

como uma das suas últimas ações proibir o Natal, obrigando a cultuarem o aniversário da mãe dele! Essa é a Coreia do Norte. Então, não pensem que esse debate está morto. Tem gente que ironiza, dizendo que o Wambert não viu que a cortina de ferro caiu. Eu vi, mas tem gente que não percebeu! Não percebeu! E essa utopia sanguinária e covarde não deu certo em nenhum lugar do mundo! Nunca na história!

Portanto, eu quero deixar registrado aqui e já deixar um marco para o embate que nós vamos ter nesta Casa, porque aqui também é uma Casa onde se discute ideologia, sim, porque por trás das ideologias estão o nosso marco ético, os valores e as causas que nos motivam, aquilo que nos inspira.

Então eu quero deixar registrado para todo cidadão de Porto Alegre que está ouvindo agora: eu vou dizer sim à extinção da Secretaria e não à hipocrisia. Eu vou dizer sim pelos direitos humanos, os verdadeiros direitos das pessoas humanas que foram negados em Cuba, que são negados hoje na Coreia, que são negados na China, que foram negados na União Soviética, e que são negados em muitos regimes totalitários que hoje ainda massacram, de forma tirânica e genocida, o seu povo e as suas populações. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação a Emenda nº 22, destacada, ao PLCE nº 012/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Esta fala, Ver. Professor Wambert, é patética! No Brasil, 50 mil jovens pobres e negros são assassinados anualmente. No Brasil, as mulheres, Ver.^a Comandante Nádia, a quem agradeço o elogio pelo posicionamento, são assassinadas, estupradas, porque são mulheres, e não tem nenhum regime comunista neste País bárbaro, onde a Constituição brasileira garante os direitos humanos, mas as políticas públicas não os garantem, nem conseguimos fazer a ruptura com o machismo. Portanto, direitos humanos é uma pauta extraordinária, atual, necessária e não tem nada a ver com momentos de crise, de revolução, de embates, de guerras; poderia aqui citar quantos milhões foram mortos pelos prováveis governos de direita que Vossa Excelência defende. Mas a minha intenção de vir aqui defender a emenda, Ver.^a Fernanda e Ver. Alex, era com outros argumentos. Em Porto Alegre - saiu na semana passada o número de

moradores de rua adultos - há mais de 2.500, muito mais. E aqui, Ver. Luciano Marcantônio, não dá para lançar louros à Secretaria de Direitos Humanos, porque a fragmentação das políticas públicas para o público vulnerável, para a população vulnerável da Cidade, foi grave, aguda, absurda, e não é não reconhecer seu grande esforço, diante, à frente dessa Secretaria, mas não havia integração de ações, não havia política pública. A política de habitação dizia que não tinha demanda da FASC - eu tenho aqui um percentual. E se alguém chegasse a entrar em aluguel social ou em um apartamento, como entraram na Restinga, não tinham móveis para pôr na casa, não havia sustentabilidade econômica para sobreviver lá, não tinha acompanhamento - posso dar mil exemplos. A Secretaria Adjunta da Mulher, bem intencionada, mas é um centro de referência da mulher, reativo, ponto! Onde estavam as políticas públicas para outras mulheres? A Casa Viva Maria é ligada à Secretaria de Saúde, e tem autonomia porque funciona há mais tempo. Ela é um excelente equipamento, no entanto, não temos casa de abrigo para as mulheres em vulnerabilidade, que saem de casa expulsas pelo tráfico. Elas vão parar onde? Vão para os paupérrimos abrigos das pessoas em situação de rua, mulheres com crianças que estão rodando por aí, não têm para onde ir, vão para os abrigos, junto com os moradores de rua, em que há drogadição, etc. – terrível! Se há uma política que eu preciso elogiar, sim, é a política com os estrangeiros. Eu acho que os esforços foram feitos, hoje tem um restaurante popular, mas é um horror como a FASC, com quase 500 servidores terceirizados, não consegue manter um trabalho de qualidade continuada, ou uma opressão ao uso demasiado de estagiários, e de contratos terceirizados absurdos, denunciados, inclusive, por corrupção, por várias situações de corrupção.

Então, nós, infelizmente, não temos uma política de atendimento aos direitos humanos em todas as suas dimensões aqui, na cidade de Porto Alegre. Essa é uma razão para extinguir a Secretaria, porque ela tem que se realizar. O jeito em que ela está colocada aqui, junto com a Secretaria de Esportes, até a SMIC, até emprego e renda está na Secretaria de Desenvolvimento Social, saiu do desenvolvimento econômico, que era uma fragmentação da SMIC, então é o caos! Se já estava ruim, se o público vulnerável da cidade de Porto Alegre não tinha amparo, só algumas políticas para inglês ver, algumas laranjas de amostra, que dirá agora misturado com mais tantas secretarias? Nós vamos votar contrários à extinção, achamos que ela tinha que se realizar, que ela tem que ter

integrações, que ela tem que evoluir, que ela está fortalecida e não ainda mais diluída, porque a morte e estupro de mulheres são marcas, infelizmente, lamentáveis da cidade Porto Alegre. Porto Alegre é campeã de contaminação pelo vírus HIV; quem disse que uma política de LGBT funciona na cidade de Porto Alegre, que são mortos nos bares, nas esquinas tem sofrimento. Então, pelos direitos humanos, votamos sim.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 22, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Eu acredito que nós tivemos três Vereadoras que usaram a tribuna para defender a manutenção de uma secretaria. Não acho que seja uma questão menor. Todos discursam sobre a falta de representação das mulheres na política, quando nós temos três mulheres, de partidos diferentes. Eu vejo muitos elogios e compartilho os elogios que fazem à Comandante Nádia, vários, de todos os partidos, grande novidade na Câmara. Mas a Comandante Nádia vem aqui expressar o apoio a uma emenda apresentada pela Ver.^a Fernanda Melchionna, não é porque elas têm uma mesma ideologia; é porque elas têm uma mesma condição, que permite que elas tenham uma visão particular sobre a importância de manter uma secretaria. Não é só problema de ter uma secretaria; o que as três Vereadoras estão demandando aqui é que, de fato, haja políticas públicas para a defesa das mulheres, políticas públicas para os direitos humanos. E é isso que não tem, é isso que está esvaziado.

A nossa contestação ao conjunto do projeto é que, na verdade, ele não está extinguindo secretarias; é obvio que na forma existe a extinção de secretarias, mas, como disse antes, nós podemos olhar de outra forma, podemos mostrar que o que se está se construindo são supersecretarias, com imenso poder, que serão distribuídas para os partidos políticos, e o controle desse poder será cada vez mais difícil.

Acho que esta Câmara deveria escutar as três Vereadoras que se pronunciaram. Nós temos, de fato, uma demanda por uma política pública que corte privilégios, por isso que nós apresentamos, inclusive, uma proposta. Não foi aceita pelo Governo, embora o Prefeito Marchezan, agora, questionado à tarde, disse que daqui a dois meses apresenta o seu projeto de cortes de cargos de confiança. Nós estaremos aqui esperando esses

cortes. Cobramos esses cortes. Por que cobramos esses cortes? Porque no segundo dia de governo, o Governo, na verdade, tem uma política de enxugamento dos serviços públicos. Não é uma redução de secretarias, é enxugamento do serviço público, combinado com uma novidade prática: o Prefeito Marchezan anunciou, depois de eleito, que poderia cortar salários. Depois ele não conceituou isso, infelizmente isso ficou ainda meio nebuloso. Mas, no dia de hoje, um dos anúncios do Prefeito Marchezan, na prática, é corte de salário, porque suspender horas extras por 90 dias, como eu vi que ele anunciou, horas extras são parte dos salários de muitos setores dos servidores, como os Guardas Municipais, que estão aqui garantindo a segurança. Garantiram, ontem, a segurança de uma Sessão bastante atropelada e vão ter corte nos seus salários, porque todo mundo sabe que, no nível do arrocho salarial em que vivem os servidores municipais, para muitas categorias as horas extras fazem parte do salário. E o Governo Marchezan está cortando agora. Então, além de redução do serviço público prestado para a população, já começa haver um ataque efetivo aos servidores públicos, aos Guardas Municipais, que estão aqui protegendo V. Exas. É isso que o Governo Marchezan está fazendo. Ao mesmo tempo, não apresenta um projeto de corte de cargo de confiança. Então, o que nós estamos demandando é que haja coerência: se há uma vontade de fazer, de fato, um combate aos privilégios, então que o Governo demonstre claramente quais são os privilégios que ele quer cortar. Por enquanto, não tem nenhuma apresentação de proposta para a redução de privilégios, é só corte de serviço público, arrocho salarial sendo iniciado. Portanto, apelo para que esta emenda seja aprovada, porque eu acho que ela tem um valor simbólico fundamental, que é a ideia de preservar a defesa do serviço público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 22, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, eu acho importante nós relembrarmos aqui da criação dessa Secretaria. É importante que possamos rememorar a votação que inaugurou essa Secretaria. Na ocasião, eu votei contrário à criação da Secretaria, e bancadas que me sucederam, defendendo a manutenção desses CCs, votaram contrárias

também à criação dessa Secretaria. As Bancadas do PT e do PSOL me acompanharam naquela votação contrariamente à votação dessa Secretaria que, agora, neste momento casuístico, de forma completamente transversa ao que defenderam naquele momento, de forma antagônica ao que defenderam naquele momento, de forma incongruente ao que defenderam naquele momento, estão defendendo a sua manutenção. É importante que a gente faça essa recuperação, é importante dizer que não foi falado aqui dos outros homicídios, por exemplo, do masculinício do embaixador. Não foi falado aqui! Não foi falado aqui que foi assassinado, de forma torpe. Não adianta, Ver.^a Fernanda Melchionna, querer jogar todo mundo contra a fala deste Vereador. Não adianta. Os direitos de gênero têm que ser compartilhados, Vereadora. Nós temos que ter direitos iguais. Eu defendo direitos iguais! E olha que é alguém que defende as mulheres, eu sou médico das mulheres! O Ver. Dr. Goulart e eu somos médicos das mulheres! Não podemos pensar em direitos humanos sem pensar nos direitos humanos das vítimas! Eu não vejo, em nenhum momento, aqui, algumas Vereadoras falarem em direitos humanos das vítimas! “Ah, coitadinho daquele cidadão que foi excluído”. Mas ele cometeu 20 homicídios e ninguém lembra das famílias que acabaram morrendo por ação daquele cidadão!

Então, nós temos que falar de direitos humanos? Temos! Mas temos que falar de direitos humanos de todos! O dinheiro terminou. A Petrobras consumiu com todo o dinheiro do País. Consumiram! O PT consumiu com o dinheiro do País! Essa é a verdade! Nós não temos condições de manter uma secretaria com cinco estruturas! Com cinco secretários adjuntos! Cinco estruturas com cargos comissionados! Só com o que envolve a Secretaria de Direitos Humanos dá para abrir um pronto-atendimento 24 horas na Cidade, Ver. Dr. Goulart!

Vereadora, no início, este Vereador veio aqui falar que este projeto não é suficiente. Eu falei que não era suficiente. Agora, não vou ser demagógico como V. Exa., que quis extinguir sem estudar! Aliás, V. Exa. é especialista em falar as coisas sem estudar! Então, quem defende o aborto e é contra a cesárea, é sinal de que não estudou. Quero dizer que encaminho pela Bancada do DEM, com a anuência do meu Líder, Ver. Reginaldo Pujol, favoravelmente à extinção da Secretaria, que quando veio para cá para ser criada, votei contra, e vocês também, PT e PSOL, os que estavam aqui, votaram contra. Tenham coerência!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 22, destacada, ao PLCE nº 012/16, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Então, vamos lá. Consultei aqui, eu não era Vereador à época...

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Thiago.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: O senhor pode manter o equilíbrio, Ver. Dr. Thiago, ou o senhor está com algum problema? Não consegue aguentar ou seu ego é muito grande que não consegue suportar sequer uma frase?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: A Secretaria foi criada em 2012, pouquíssimo tempo atrás, por essa administração que findou, ou não findou ainda. O mais estranho: quem perde uma campanha eleitoral vira Governo aqui na loucura da nossa política, que não é para amadores. Mas a Secretaria foi criada - consultei a Ver.^a Sofia -, para tentar entender o porquê, se é que se votou contra, parece que sim, porque dividiu a Secretaria ...

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Thiago.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: O senhor consegue segurar um pouco, Ver. Dr. Thiago? O senhor usa como técnica atrapalhar o Vereador que está na tribuna? O senhor acabou de falar cinco minutos e ninguém respondeu. O senhor é médico, acho que está precisando um autoconhecimento de seu controle emocional. Aliás, votamos contra, se me permitirem falar... Quero aqui colocar o registro: na data de ontem, eram 10 convites por Vereadores e foi flexibilizada a entrada de várias pessoas para haver vaias aqui, quando perdíamos as votações. Hoje, por critérios de segurança, houve um controle de quem entrava. Muito interessante, Presidente Cássio, dois critérios diferentes! Votamos

contra a criação da Secretaria, porque ela dividiu a Secretaria de Segurança e a Secretaria de Direitos Humanos. Na fala da Ver.^a Comandante Nádia, é isso que discordamos, são dois temas que caminham juntos. Nós colocamos uma emenda aqui que extinguiu os CCs, derrubada; então, sequer abriram um pronto-atendimento com base na estrutura de direitos humanos. Nós tentamos extinguir os CCs, Dr. Thiago, não conseguimos. Ver. Professor Wambert, quero lhe falar como seu ex-aluno que fui: quando nós falamos aqui em direitos humanos, nós estamos falando em direitos tipicamente contra o arbítrio do estado. Portanto, são direitos liberais, eu diria, na essência. Na nossa democracia, que não se consegue entender, os liberais são contra os direitos humanos, e o senhor ainda tenta guardar coerência aqui na votação da extinção de 30% dos CCs. Não foi o caso de alguns que se dizem liberais neste Plenário. Não consigo entender um liberal, que deveria ser um defensor de direitos humanos - para quem não estudou a história dos direitos humanos -, ou direitos fundamentais, como se queira, são direitos considerados de primeira dimensão ou geração, que nascem pelo arbítrio do estado. O estado opressor, e aí surgem os direitos humanos contra o arbítrio do estado. Portanto, são direitos liberais. Aos liberais que sobem aqui para falar contra direitos humanos, eu diria: vão estudar o que são direitos humanos. E aqui não há nenhuma vinculação, gente, eu escuto aqui se falar em União Soviética, em Cuba - a sociedade está cansada desse debate. Nós vamos discutir o muro da Redenção, e trazem o muro de Berlim. Eu fico impressionado como conseguem em tudo trazer Cuba, Coreia do Norte, como se quem fosse do Partido dos Trabalhadores - não sei se posso falar em nome do PSOL - defende tudo que foi feito na Coreia do Norte. Então, tudo que foi feito na China, os milhares de chineses mortos, vocês defendem, é uma simplificação tão rasa! Então, por favor, acho que nós estamos cansados, vamos fazer um bom debate. Aqui se trata de um símbolo, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos é um símbolo, criada em 2012, não há motivo nenhum para extingui-la. Como falei antes, a extinção aqui simplesmente se trata de jogar para torcida, para dizer que diminuiu a máquina pública. Infelizmente, é um assunto raso, que não ajuda no avanço da nossa democracia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 22, destacada, ao PLCE nº 012/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 23 votos **NÃO**.

Antes de passarmos para a última emenda, quero, para que fique registrado aqui, dizer que o Ver. Marcelo Sgarbossa está malinformado, inclusive, depois, se quiser declinar... Quem lhe deu a informação de que havia apenas dez convidados por Vereador? Ninguém passou essa orientação. O que ocorreu é que foram distribuídos dez convites impressos – dez convites impressos! Nenhum Vereador recebeu qualquer orientação de que haveria limitação de convidados. Então, para que fique registrado: o Vereador disse que ontem havia limitação de convidados, mas não havia limitação.

Quanto à conduta deste Presidente, todas as vezes em que temos Sessões com temas que são de difícil trato, recebemos solicitação para que haja divisão das galerias. Assim temos feito para garantir a segurança e para que tenhamos aqui o melhor dos debates.

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Presidente, se não ficou claro – para mim não ficou –, acabo de receber aqui do Ver. Maroni a informação de que pessoas convidadas por ele não puderam entrar no plenário por conta do excesso. Então não foi, no mínimo, garantida a presença de dez pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Negativo, Vereador, não condiz com a verdade.

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Está bem, são versões diferentes.

O Sr. Rodrigo Maroni: Presidente Cassio, respeitosamente, por mal-entendido, talvez, entraram só dois ou três, porque o pessoal entendeu que eram esses os convites, mas não por mal. Foi um equívoco, talvez, meu.

O Sr. Valter Nagelstein: Sr. Presidente, eu quero deixar registrado que, dos dez convites que eu recebi, como todos os outros, as pessoas que eram minhas convidadas e que não conseguiram entrar foi porque chegaram tarde e atrasadas, e o espaço, infelizmente, é para todos.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Foi apenas um registro.

A Sra. Mônica Leal: Presidente, eu mesma tenho para dizer que recebi dez convites, e muitas pessoas ficaram no meu gabinete assistindo porque não conseguiram entrar.

O Sr. Rodrigo Maroni: Quero só fazer um reconhecimento, porque seria injusto não falar. O Diretor Kraid fez um esforço, mesmo com o pessoal na rua, para acomodar todo mundo.

O Sr. Aírto Ferronato: Vamos continuar o debate, vamos para a próxima emenda.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 23, destacada, ao PLCE nº 012/16. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 23, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, estão todos cansados, mas eu tenho só que justificar o meu voto. Eu fiquei escutando atentamente o Ver. Marcelo, meu quase conterrâneo, que está bem eloquente nas Sessões. Quero dizer que muitas pessoas não confundem os direitos humanos; as pessoas são confundidas quando veem as pessoas que dizem defender direitos humanos defenderem os bandidos. É por isso! Nós temos que diferenciar essas coisas. Todos nós somos favoráveis aos direitos humanos. Nós não somos favoráveis a defender os bandidos e esquecer as vítimas. Era só isso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 23, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, vou encaminhar este voto, porque esta Emenda diz respeito a um tema que me é muito caro e que me é muito importante, que é a EPTC. Antes queria comentar a manifestação do Ver. Marcelo Sgarbossa, com quem tive a honra de conviver, meu querido ex-aluno, hoje professor, orientando, só fazer uma pequena correção: a ideia de direitos humanos

não é liberal, ela é personalista. Aliás, há uma grande diferença entre a declaração francesa, de cunho individualista, liberal, e a declaração da ONU, que tem um conceito antropológico que o ser humano é uma pessoa. Aliás, temas que nós discutimos no seu TCC, que era sobre o princípio de subsidiariedade, como lembro até hoje, que é um dos princípios fundamentais, que trata exatamente da realização dessa dignidade da pessoa humana. Os direitos humanos hoje não são de cunho individualista liberal, os direitos humanos, a ideia de direitos humanos é uma ideia personalista, daí que decorre como corolário à própria ideia de dignidade da pessoa humana. Presidente, vou votar contra a Emenda que está aqui colocada por uma questão de marcar minha posição. No começo desta tarde, lamentei que tanto eu, como o Ver. Camozzato, o Ver. Ramiro, Ver. Moisés Barbosa, Comandante Nádia, Ver. Robaina e tantos outros que estão estreando nesta Legislatura, por um erro jurídico de constitucionalidade no nosso Regimento, fomos reduzidos a Vereadores de segunda categoria. Nós estamos aqui votando um processo que nós não debatemos, não deliberamos e não emendamos. Portanto, estou aqui debatendo um tema, e o Ver. Carús também está aqui conosco. Vou debater o tema da EPTC e estou vendo que essa reforma, e falei aqui no começo, é quase que cosmética, porque ela não tem a coragem de extinguir empresas públicas. O art. 73 da Constituição Federal é muito claro, não é papel do Estado ter empresas, essa é a exceção da regra: a empresa tem como finalidade a atividade econômica, o resultado financeiro econômico. Aí pergunto: qual é o resultado financeiro econômico da EPTC? Que interesse no mercado deve ter a EPTC? Que tipo de atividade econômica exerce a EPTC? Eu respondo: achacar o cidadão de Porto Alegre! A EPTC, há muito tempo, trocou o apito pela caneta. É o Estado que tira proveito da infração. Enquanto nós não tivermos políticas públicas que resolvam diminuir os acidentes, que resolvam coibir a infração, que resolva orientar o trânsito, o que nós temos? Nós temos o Estado, aliás, não o Estado propriamente, porque um azulzinho não tem poder de polícia; o Azulzinho não pertence à administração direta do Município e quer ser polícia sem ser, fazendo tocaia para o Uber, Ver. Valter Nagelstein. O Azulzinho fazendo tocaia, achando-se policial, quando que, uma multa emitida por um azulzinho, em muitos tribunais, como o de Minas Gerais, por exemplo, já têm dito que não tem nenhum valor jurídico, porque funcionário de empresa pública não tem poder de polícia. Em Porto Alegre, nós vivemos com uma inconstitucionalidade, com uma ilegalidade, com uma imoralidade, que é a EPTC. Isso precisa ser mudado, e esse

Governo não teve coragem! Foi lá, bradou aos quatro cantos que iria resolver o problema do trânsito em Porto Alegre, que iria fazer, que iria acontecer, que iria demitir o Presidente da EPTC, mas na hora afrouxou, na hora se acovardou, e não teve a coragem de fazer aquilo que todo cidadão de Porto Alegre espera, que é a extinção dessa empresa horrível, ridícula e absurda, que não cumpre a sua finalidade. Empresa pública tem que ter lucro e resultado como qualquer empresa, por isso que o art. 173 da Constituição é muito claro: não é papel do Estado realizar atividade econômica, é papel da sociedade; o papel do Estado é subsidiário, estratégico. Sr. Presidente, muito obrigado, este é o nosso encaminhamento.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 23, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós fizemos vários encaminhamentos na tarde de hoje, dizendo que o novo Governo, nesse período de 120 dias, está organizando a Casa através das novas secretarias. Então, nós viemos encaminhar a Emenda nº 23, de autoria do atual Secretário Elizandro Sabino, para que os pares desta Casa votem contrariamente a esta Emenda, porque nesse período de 120 dias o Governo terá as condições adequadas para alocar as estruturas das empresas onde for necessário, e não novamente a Câmara de Vereadores legislar sobre uma matéria que cabe ao Executivo. Viemos aqui, em nome da nossa Bancada, encaminhar para que se vote contrariamente a Emenda nº 23. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 23, destacada, ao PLCE nº 012/16.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores, depois de ouvir a manifestação do estimado e amigo Ver. Wambert, necessariamente preciso usar a tribuna para registrar, com todas as letras: nós, na história deste País, de todos os tempos, somos o setor público que trouxe o

desenvolvimento que nós temos hoje, claro, fomos nós – petróleo, telecomunicações, transporte. Vamos dar o exemplo da ferrovia, da hidrovia e, inclusive, da aerovia; da energia elétrica; dos minerais. Nós fomos os responsáveis pelo início das transformações deste País. À medida que der prejuízo, a iniciativa privada – com toda a razão, nós não estamos criticando – não vai, não atua nessa área. Quando começa a dar lucro, aí começa o interesse e aquela ideia da privatização, e na esmagadora maioria das vezes, a privatização trouxe perdas para o País – não são todas. A esmagadora maioria das privatizações quase que deu de lambuja, de graça, por muito pouco, o patrimônio construído pelo povo brasileiro. E a EPTC tem lá seus problemas, claro que tem. Agora, nós não podemos chegar aqui e dizer que é o servidor público da EPTC que é o responsável por isso que está aí. Na EPTC, como todas as empresas e órgãos públicos de Porto Alegre, tem gente capacitada, treinada e que está ali prestando grande serviço à cidade de Porto Alegre.

Portanto, nós vamos votar contra a emenda, mas vamos compreender a relevância do serviço público. Vamos respeitar a iniciativa privada, mas que respeitem também a nós, servidores públicos de quatro décadas.

Aquele abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 23, destacada, ao PLCE nº 012/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 35 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCE nº 012/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

A Sra. Fernanda Melchionna: Passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “A Bancada de oposição declara que vota contra o projeto de reforma administrativa que, embora tenha um discurso de enxugamento da máquina pública, não corta nenhum dos mais de 1.000 CCs e nem a figura dos Secretários adjuntos, um verdadeiro desperdício do dinheiro público. Embora haja estruturas que foram criadas somente como cabides de emprego, para atender os partidos aliados, foram extintas estruturas essenciais como Direitos Humanos, a SEDA, Esportes, e que retirou a coordenação do licenciamento ambiental da

Secretaria do Meio Ambiente. Na verdade, não há qualquer enxugamento: cria ‘Super Secretarias’, dando poderes extremados aos Secretários sem delimitar de forma clara as suas funções e o funcionamento dos serviços públicos.” É a Declaração de Voto da Bancada de oposição, assinada pelas Lideranças de oposição – PSOL e PT. Estamos entregando ao senhor, Presidente.

A Sra. Mônica Leal: Passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Conforme faculta o parágrafo único do art. 177 do Regimento Interno desta Casa, apresento declaração de voto ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/16. Votei favoravelmente ao projeto de reestruturação e as determinadas emendas, as quais entendi serem adequadas a melhorar o texto original. Destaco aquelas emendas vinculadas ao ‘tema meio ambiente’, especialmente a que tratou da denominação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade, bem assim as relativas ao licenciamento ambiental. Plenário Otávio Rocha, 2 de janeiro de 2017, Ver.^a Mônica Leal, Partido Progressista.”

O Sr. Adeli Sell: Passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Votamos contra por não resolver ao que se propôs, pois não corta os CCs e os secretários adjuntos. Somos por uma prefeitura do tamanho de suas necessidades. Políticas públicas para uma cidade para as pessoas. Adeli Sell.”

O Sr. Professor Wambert: Passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “O PROS faz sua Declaração de Voto favorável por defender a necessária redução da máquina pública em defesa da sociedade e da liberdade. Apesar de o PROS achar que foi uma mudança pífia pelo tamanho do Estado, pois foi uma alteração cosmética, ainda assim ele acredita na diminuição da máquina pública, porque quanto maior o Estado, mais fraca a sociedade. E quanto mais forte a sociedade, menor tende a ser o Estado. E o PROS é a favor da diminuição dessa máquina e, por isso votou, favorável ao projeto.” Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que solicita a renovação de votação da Emenda nº 15 ao PLCE 012/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 13 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 21h53min.)